

Relatório de Gestão

Exercício 2010



Relatório de Gestão Exercício 2010
Ministério Público do Estado do Tocantins

Clenan Renaut de Melo Pereira
Procurador Geral de Justiça

Cesar Augusto Margarido Zaratín
Subprocurador-Geral de Justiça

Célio Sousa Rocha
Chefe de Gabinete

Equipe Técnica:

José Maria Teixeira
Diretor Geral

João Ricardo de Araújo Silva
Chefe do Dep. de Planejamento e Gestão

João da Silva Macedo
Analista - Ciências Econômicas

Fáustone Bandeira Morais Bernardes
Auxiliar Ministerial



SUMÁRIO

1. Identificação	9
2. Sinopse das realizações no exercício de 2010.....	10
2.1 Destaques na Atuação Finalística.....	10
2.2 Destaques na Área Administrativo-Financeira.....	20
2.3 Destaques na Área de Tecnologia da Informação.....	22
2.4 Destaques na Área de Apoio Operacional e de Aperfeiçoamento Funcional.....	22
2.5 Destaques na Área de Homenagens e Representações Institucionais.....	24
3. Estratégia, Competência, Atribuição e Organização do MPE-TO.....	27
3.1 Da Estratégia.....	27
3.2 Da Competência Legal.....	28
3.3 Das Atribuições.....	29
3.4 Da Organização.....	29
4. Programa 0046: Proteção dos Direitos Sociais e Individuais Indisponíveis....	31
4.1 Apresentação.....	31
4.2 Indicadores.....	31
4.3 Resumo da Execução Orçamentária.....	32
4.4 Ações.....	34
4.4.1 Ação 2028: Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário.....	34
4.4.2 Ação 1127: Manutenção da Sala de Inteligência.....	36
4.4.3 Ação 2195: Manutenção da Corregedoria Geral do Ministério Público.....	37
4.4.4 Ação 2189: Realização das Atividades dos Centros de Apoio Operacional-CAOPs	39
4.4.5 Ação 2194: Capacitação dos Membros e Servidores do Ministério Público.....	45
4.4.6 Ação 2187: Realização das Ações de Combate às Organizações Criminosas....	48
5. Programa 0047: Modernização e Desenvolvimento Institucional do Ministério Público.....	50
5.1 Apresentação.....	50
5.2 Indicadores.....	50
5.3 Resumo da Execução Orçamentária.....	51
5.4 Ações.....	54
5.4.1 Ação 1159: Renovação da frota de veículos do Ministério Público.....	54

5.4.2 Ação 1128: Construção das Promotorias do Ministério Público.....	55
5.4.3 Ação 6012: Concessão de Direitos a Membros e Servidores do Ministério Público.....	57
5.4.4 Ação 1020: Implantação do Modelo de Excelência em Gestão Pública.....	58
5.4.5 Ação 1254: Realização de Concurso Público para Servidores.....	59
5.4.6 Ação 1114: Estruturação e Desenvolvimento do Setor de Tecnologia da Informação.....	61
6. Programa 195: Apoio Administrativo.....	70
6.1 Apresentação.....	70
6.2 Resumo da Execução Orçamentária.....	70
6.3 Ações.....	73
6.3.1 Ação 2001: Coordenação e Manutenção dos Serviços Gerais.....	73
6.3.2 Ação 2002:Manutenção dos Serviços de Transportes.....	77
6.3.3 Ação 2003:Manutenção dos Serviços de Informática.....	80
6.3.3 Ação 2004:Manutenção de Recursos Humanos.....	83
8. Planejamento Estratégico 2010 - 2018.....	89
9. Gespública - Atividades 2010.....	94
9. Situação dos Projetos.....	102

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Quadro 1	Dados identificadores da unidade	9
Figura 3.4	Mapa das Promotorias de Justiça	30
Quadro 4.1	Programa de Proteção dos Direitos Sociais e Individuais.....	31
Figura 4.3.1	Distribuição de Gastos no Programa de Proteção dos Direitos Sociais e Individuais Indisponíveis.....	32
Tabela 4.3.2	Alterações Orçamentárias do Programa de Proteção dos Direitos Sociais e Individuais Indisponíveis.....	33
Quadro 4.4.1	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário.....	34
Quadro 4.4.2	Implementação da Sala de Inteligência.....	36
Quadro 4.4.3	Manutenção da Corregedoria Geral do Ministério Público.....	37
Quadro 4.4.4	Realizações das Atividades dos CAOPs no ano de 2010.....	39
Tabela 4.4.4.1	Realizações das Atividades dos CAOPs no ano de 2010.....	40
Quadro 4.4.5	Capacitação dos Membros e Servidores do Ministério Público.....	45
Quadro 4.4.6	Realizações das Ações de Combate às Organizações Criminosas.....	48
Quadro 5.1	Modernização e Desenvolvimento Institucional do Ministério Público	50
Figura 5.2	Distribuição de Gastos no Programa de Modernização e Desenvolvimento Institucional do Ministério Público.....	51
Tabela 5.3.1	Alterações Orçamentárias do Programa de Proteção dos Direitos Sociais e Individuais Indisponíveis.....	51
Quadro 5.4.1	Renovação da Frota de Veículos do Ministério Público.....	54
Quadro 5.4.2	Construção das Promotorias do Ministério Público.....	55
Quadro 5.4.3	Concessão de Direitos a Membros e Servidores do Ministério Público. .	57
Quadro 5.4.4	Implantação do Modelo de Excelência em Gestão Pública.....	58
Quadro 5.4.5	Realização de Concurso Público para Servidores do Ministério Público.....	60
Quadro 5.4.6	– Estruturação e Desenvolvimento do Setor de Tecnologia da Informação.....	70
Tabela 5.4.6.1	Equipamentos de Processamento de Dados adquiridos em 2010.....	70
Quadro 6.1.1	Programa de Apoio Administrativo.....	71
Figura 6.2	Distribuição de Gastos no Programa de Apoio Administrativo.....	71

Tabela 6.2.1 Alterações Orçamentárias.....	71
Quadro 6.3.1 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais.....	73
Quadro 6.3.1.1 Procedimentos Licitatórios, Dispensas, Inexigibilidades e Outros	74
Tabela 6.3.1.2 Montante Total Licitado.....	75
Gráfico 6.3.1.1 Despesas com Locação de Imóveis.....	75
Gráfico 6.3.2.2 Despesa com Energia Elétrica.....	76
Gráfico 6.3.2.3 Despesa com Telefonia.....	76
Quadro 6.3.2 Manutenção dos Serviços de Transporte.....	78
Quadro 6.3.2.1 Frota de veículos do MPE-TO.....	79
Quadro 6.3.3 Ações de Informática.....	80
Quadro 6.3.4 Manutenção de Recursos Humanos.....	83
Quadro 6.3.4.1 Resumo de Membros e Servidores do Ministério Público.....	84
Gráfico 6.3.4.1 Distribuição do Quadro de Pessoal.....	84
Quadro 6.3.4.2 Carreira de Apoio.....	84
Gráfico 6.3.4.2 Procedimentos Odontológicos.....	85
Gráfico 6.3.4.3 Atendimentos Médicos.....	86
Quadro 6.3.4.3 Limites de Gasto de Pessoal com a LRF.....	87
Quadro 7.1 Mapa Estratégico do MPE-TO.....	89
Quadro 7.1.1 Resultados e Metas para 2011.....	90
Quadro 8.1 Resultados de Execução das Oportunidades da Gestão no MPE-TO.....	95
Quadro 9.1 Situação dos Projetos.....	103

APRESENTAÇÃO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio deste Órgão de Cúpula Administrativo, apresenta Relatório de Gestão referente ao ano de 2010, e, seguindo a mesma linha trilhada, reafirma o posicionamento de não somente dar cumprimento ao ditame legal de prestar contas, geralmente decomposto na frialdade de relatórios e estatísticas, mas, também, de levar a essa Corte de Contas as medidas e ações empreendidas, os obstáculos encontrados e, finalmente, conquistas obtidas.

Imbuído neste propósito, vale consignar o compromisso com uma gestão compartilhada e democrática, a fim de que os recursos públicos fossem aplicados conforme o planejamento delineado no Plano Plurianual 2008/2011, tornando realidade os programas e ações assim previstos.

Neste passo, importa mencionar que a busca de uma construção institucional conjunta, a partir da implantação do Planejamento Estratégico e do GESPÚBLICA, ensejou desdobramentos com novos desafios e oportunidades institucionais, mormente de levar à sociedade tanto o papel institucional do Ministério Público, como sua concreta e efetiva atuação na defesa dos direitos sob sua tutela.

No âmbito da Gestão Institucional poder-se-á contabilizar grandes conquistas em diversos planos, contudo, o momento não permite a inércia da contemplação, mas, sim, esforços, lutas visando sanar as deficiências e carências identificadas, dentre as quais encontram as áreas de tecnologia da informação, de manutenção, de patrimônio, de gestão de recursos humanos e de gestão administrativa.

O cenário de 2010 foi positivo para o Ministério Público Estadual, registrando-se avanços na sua atividade-fim, com a superação de metas, construção de novas unidades, o reconhecimento externado por diversas instituições e

segmentos, e por fim, a disponibilização de recursos pela Assembleia Legislativa, para 2011, com ampliação de nosso percentual sobre a Receita Corrente Líquida.

De forma didática, o presente relatório foi estruturado da seguinte forma: 1-Identificação, 2-Sinopse das realizações no exercício 2010, 3-Estratégia, Competência, Atribuição e Organização do MPE-TO, 4-Programa 0046: Proteção dos Direitos Sociais e Individuais Indisponíveis, 5-Programa 0047: Modernização e Desenvolvimento Institucional do Ministério Público, 6-Programa 195: Apoio Administrativo, 7-Planejamento Estratégico 2010-2018, 8-GESPÚBLICA-Atividades 2010, 8-Situação dos Projetos, e 9-Considerações Finais.

Por derradeiro, necessário se faz reafirmar que o Ministério Público Estadual, primando por uma atuação proba, dinâmica e participativa, envidou todos os esforços no exercício de 2010 para responder aos anseios da sociedade tocantinense, principal destinatária de todas as nossas ações.

Palmas, 30 de janeiro de 2011.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

1 IDENTIFICAÇÃO

Quadro 1 – Identificação da Unidade

Nome completo da unidade e sigla:	PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA - PGJ
Natureza jurídica:	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial do Estado:	LEI COMPLEMENTAR Nº 12/1996 (REVOGADA PELA LEI 51, DE 2 DE JANEIRO DE 2008) Publicado no Diário Oficial nº 2.562
CNPJ:	01.786.078/0001-46
Nome e código no SIAFEM:	PGJ
Código da Unidade Gestora:	070100
Endereço completo da sede:	202 N CONJ. 03 AV. TEOTÔNIO SEGURADO C/ AV. LO 04 – CEP 77.020-494
Endereço da página institucional na internet:	www.mp.to.gov.br
Função de governo predominante:	Essencial à Justiça
Tipo de atividade:	Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis

2 SINOPSE DAS REALIZAÇÕES NO EXERCÍCIO DE 2010

2.1 DESTAQUES NA ATUAÇÃO FINALÍSTICA

DEZEMBRO

-
- Ação do MPE visa recuperação de rodovias estaduais
-
- Ação Civil Pública requer providências do Município de Palmas para fiscalização e destinação adequada de resíduos sólidos
-
- MPE e Polícia Rodoviária Federal combatem tráfico de drogas em Colinas
-
- MPE requer do Governo do Estado e Poder Legislativo de previsão orçamentária para garantir atendimento de pacientes da rede pública com risco de morte
-
- Após Ação ajuizada pelo MPE, prefeito de Sítio Novo é novamente afastado
-
- Justiça atende Ação do MPE e afasta prefeito de Maurilândia
-
- A pedido do MPE, agentes de polícia de Xambioá são afastados
-
- MPE notifica Prefeito de Almas a fazer concurso público
-
- A pedido do MPE, Justiça suspende concurso público em Guaraí
-
- MPE denuncia a ex-prefeito de Crixás e mais duas pessoas por dispensa indevida de licitação
-
- MPE faz recomendação a Delegado de Polícia de Dianópolis
-
- A pedido do MPE, Justiça afasta prefeito e secretário de Cachoeirinha
-
- MPE pede e Justiça decreta prisão do Secretário Estadual de Saúde
-
- MPE e Prefeitura de Gurupi assinam TAC para combate à dengue no município
-
- Vendedores de produtos piratas têm alvará cassado a pedido do MPE de Guaraí
-
- A pedido do MPE, Justiça afasta vice-prefeito de Xambioá

NOVEMBRO

-
- Homem é condenado a 15 anos de prisão por matar idosa
-
- MPE recomenda e chefe da cadeia pública de Miracema é substituído
-
- Acusado de assassinar idosa em Araguatins é julgado nesta terça-feira
-

-
- A pedido do MPE, Justiça defere liminar para que o Estado garanta UTI a pacientes de Gurupi
-
- Recomendação do MPE visa inibir prescrição de medicamentos não registrados pela Anvisa a usuários do SUS
-
- MPE pede afastamento e suspensão de pagamento dos subsídios do vice-prefeito de Xambioá
-
- CCZ de Palmas cria novo sistema de eutanásia em cumprimento a TAC
-
- MPE entra com ação e Justiça afasta agente de polícia “fantasma”
-
- MPE instaura inquérito para apurar atividade de médicos em Porto Nacional
-
- MPE implanta Estação de Tratamento de Esgoto em Araguaína
-
- A pedido do MPE, Prefeitura de Palmas demolirá câmara de gás do CCZ
-
- MPE discute acessibilidade para deficientes
-
- MPE assina TACs com quatro prefeituras para instalação de Conselho Tutelar
-
- MPE abre inquérito para investigar prefeitura e ajuíza ação contra vereadores de Lajeado
-
- MPE dá dez dias para Secretário da Segurança Pública esclarecer caos no sistema penitenciário de Palmas
-
- A pedido do MPE, Detran determina instalação de junta médica para atendimento de pessoas com deficiência em Araguaína
-
- Ação ajuizada pelo MPE requer interdição do Case
-
- Justiça acata pedido do MPE e determina internação de recém-nascida em UTI
-
- A pedido do MPE, Justiça afasta prefeito e secretários de Rio Sono
-
- MPE instaura inquérito para apurar situação no HGP; Secretário tem dez dias para se explicar
-
- Ação do MPE visa construção de presídio militar no Estado
-
- Recomendação do MPE pede regularização do atendimento em leitos de UTI no Hospital Dona Regina
-
- Projeto de Integração Nacional em Saúde Pública reúne representantes do MP de todo o país
-
- Promotoria da Saúde participa de Seminário de Vigilância às Leishmanioses
-
- Promotoria de Justiça ajuíza Ação para adequar unidade de atendimento de Semiliberdade em Palmas
-

-
- Ação ajuizada pelo MPE visa adequar frota de ônibus para atender pessoas com deficiência em Araguaína
-
- MPE apreende máquinas em fazenda de ex-prefeito
-
- Após acusação do MPE, júri condena homem por matar ex-vereador
-
- Omissão na estruturação de Conselho Tutelar leva MPE a propor ACP contra prefeito de Pau D'Arco
-
- MPE expede recomendações para garantir medicamentos a pacientes do SUS submetidos a hemodiálise
-
- MPE oferece denúncia contra homem acusado de estuprar menores
-
- MPE ajuíza Ação civil pública para criar Procuradoria Jurídica na Prefeitura de Guaraí
-
- Justiça acata pedido do MPE e determina prisão de agente de polícia em Xambioá
-
- A pedido do MPE, Justiça afasta chefe da cadeia de Xambioá
-

OUTUBRO

-
- Prefeito de Itaporã é acusado de improbidade em Ação ajuizada pelo MPE
-
- MPE ajuíza ação de improbidade administrativa contra três servidores da delegacia de Xambioá é encaminhada
-
- MPE recomenda unidades hospitalares de Araguaína para conter proliferação de bactérias
-
- MPE se manifesta para que acusado de estuprar menina de 13 anos continue preso
-
- Precariedade da CPP de Porto Nacional leva MPE a ajuizar Ação contra o Estado
-
- MPE instaura procedimento para apurar possível omissão do Estado na assistência educacional ao preso em Araguaína
-
- MPE solicita à Prefeitura de Xambioá de informações sobre salário de vice-prefeito
-
- MPE se reúne com órgãos e cobra controle sobre loteamentos ilegais
-
- Justiça acata denúncia oferecida pelo MPE contra 10 envolvidos no caso "Isabel"
-
- MPE requisita informações à Celtins sobre interrupções no fornecimento de energia elétrica
-
- MPE investiga irregularidades na condução de concurso público em Itaporã
-
- MPE investigará paralisação de pavimentação Asfáltica em Araguaína
-
- Em Gurupi, MPE recomenda novamente mais agentes em Presídio de Cariri e cobra conclusão de Penitenciária de Araguaína
-

-
- MPE oficia quatro Secretários de Estado e analisará contratos sobre sistema prisional de Araguaína
-
- MPE ajuíza Ação requerendo construção de Casa do Albergado em Araguaína
-
- MPE oficia Dertins sobre calamidade nas estradas
-
- MPE promove Audiência Pública em Araguatins para discutir problemas da cidade
-
- Para combater exploração sexual infantil, MPE expede recomendação a empresas em Araguaína
-
- MPE move ação contra Estado para providencias na cadeia pública de Araguaçu
-
- Transporte escolar público em Almas é investigado pelo MPE
-
- Ação proposta pelo MPE pede interdição do Aeroporto de Araguaína
-
- MPE de Araguaína dá dez dias para prefeito informar ações de saneamento básico
-
- MPE denuncia dez pessoas envolvidas na morte de Isabel em Xambioá
-
- MPE recomenda que SSP regularize situação da CPP de Araguaína
-
- Supostas irregularidades na seleção pública de mototaxistas leva MPE a oficial prefeito de Araguaína
-
- A pedido do MPE, júri condena mulher que tentou matar bebê com veneno
-
- Acusados de formação de quadrilha são condenados em Araguaína
-
- MPE discute proteção infanto-juvenil em Araguanã
-
- MPE investiga contratação irregular de servidores pela Prefeitura de Almas
-
- Prefeitura de Palmas acata recomendações do MPE sobre córregos
-
- Vias esburacadas levam MPE a oficial prefeito de Araguaína
-
- MPE investiga sobre suposta irregularidade na contratação de empresa em Arapoema

SETEMBRO

-
- MPE de Natividade profere palestra sobre eleição e drogas
-
- MPE instaura Inquérito Civil Público para apurar eventuais omissões no combate à dengue em Gurupi
-
- MPE solicita à Polícia Federal fiscalização intensiva nas eleições
-
- A pedido do MPE de Guaraí, é decretada prisão de suposto pedófilo
-

-
- MPE expede recomendação a órgãos ambientais para evitar seca de córregos que abastecem a Capital
-
- Recomendação do MPE visa regularizar atividade de estagiários e internos no HRG
-
- Suposto desvio de alimentos por vereadora de Peixe é alvo de investigação do MPE
-
- MPE promove reunião para discutir vazão do manancial Brejo Comprido
-
- MPE denunciara suposta farra das diárias em Pindorama nos próximos dias
-
- Conflito agrário no assentamento Maracujá é intermediado pelo MPE
-
- Ministério Público firma TAC com postos de combustível para regularizar abastecimento de veículos em Araguaína
-
- MPE discute danos ambientais causados aos rios Javaés e Formoso
-
- MPE investiga suposta tortura a preso em Tocantinópolis
-
- MPE promove audiência pública para discutir baixa dos rios Javaés e Formoso
-
- MPE recomenda a municípios a elaborar Plano de Saneamento Básico até o final do ano
-
- MPE recomenda prefeituras a exonerar servidores públicos com acumulação de cargos
-
- Órgãos públicos e entidades da sociedade civil promovem o cadastramento dos cães e gatos de Palmas
-
- MPE participa em Mutirão da Justiça Itinerante
-
- Justiça acata pedido do MPE e afasta prefeito de São Valério
-
- Meia entrada para estudantes de Araguaína será fiscalizada pelo MPE
-
- MPE pede o afastamento do Prefeito de São Valério por improbidade administrativa
-
- MPE expede recomendação para regularizar ações do Conselho Tutelar de Miracema
-
- MPE move Ação Civil Pública para regularizar transporte escolar em Aragominas
-
- MPE ajuíza ACP para reforma da delegacia de Miracema
-
- MPE denuncia cobrador e empresário por homicídio em Ananás
-
- MPE realiza operação “Cachimbo”, e Justiça afasta prefeito de Sítio Novo e mais quatro pessoas por improbidade administrativa
-
- MPE promove palestras sobre Corrupção Eleitoral em Porto Nacional
-
- Promotoria do Patrimônio Público questiona demora na implantação de restaurante popular em Araguaína
-

•MPE move Ação Civil Pública para reforma na Cadeia Pública de Peixe

•MPE recomenda ao Secretário Municipal para cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto

AGOSTO

•MPE move Ação Civil Pública contra prefeito de São Valério

•MPE firma TAC que regulamenta Cavalgada de Aragominas

•MPE expede recomendação visa assegurar meia-entrada em Feira Agropecuária de Colinas

•MPE oficia a SSP para providências urgentes nas cadeias públicas e delegacias

•MPE expede recomendação para garantir melhorias no Hospital Regional de Gurupi

•MPE acompanha mutirão carcerário em Gurupi

•MPE investiga baixo nível dos rios Javaé e Formoso e promove audiência pública

•Justiça acata pedido do MPE e determina afastamento do Prefeito de São Félix do Tocantins

•Descumprimento de lei que garante passe livre a acompanhantes de pessoas com necessidades especiais é discutido em Araguaína

•Prefeitura de Guaraí acata recomendação do MPE e retifica edital de concurso público

•Audiência pública em Araguaína discute rede elétrica de alta tensão

•MPE e Judiciário implantam Programa de proteção a crianças no município de Xambioá

•MPE requer fim das contratações e realização de concurso público para docentes da Unirg

•MPE e Saneatins firmam TACs para adequar Sistema de Tratamento de Esgoto em Palmas

•MPE denuncia 31 pessoas por inscrição eleitoral fraudulenta

•MPE participa de caminhada contra a pedofilia

•Para evitar queimadas às margens dos córregos, MPE cobra fiscalização

•TAC firmado entre MPE e prefeituras garantirá a construção de aterros sanitários

•Promotoria de Justiça do Patrimônio Público de Araguaína investiga suposto atraso em salários de servidores municipais

•TAC regulamentando 1ª Cavalgada de Araguanã é cumprido integralmente

•MPE firma TAC para garantir implantação de sistema de abastecimento de água em municípios tocantinenses

•MPE denúncia 14 pessoas presas na Operação Pedra de Fogo

•MPE requer informações acerca das condições dos CTs de Colméia, Goianorte, Pequizeiro e Couto Magalhães

•MPE instaura procedimento para averiguar se “farra das diárias” acontece no TO

•MPE investiga sobre vereadores referente a “farra das diárias” e contratações sem concurso público

•Justiça atende MPE e denunciado divulgará mensagens à população sobre lisura nas eleições

•MPE recomenda gestores municipais de Gurupi a fim de regularizar serviços de saúde no município

•MPE apreende máquina do Dertins trabalhando em fazenda particular

•Descumprimento de TACs leva MPE a ajuizar Ações de Execução contra municípios tocantinenses

•A pedido do MPE, Justiça determina que Estado disponibilize recursos para paciente com leucemia

•MPE denuncia “Marcinho” por homicídio

•Não cumprimento de ordem judicial leva MPE a ajuizar ACP contra Secretário de Saúde de Araguaína

•MPE ajuíza Ação Civil Pública e requisita à justiça intervenção estatal na Cadeia Colinas

JULHO

•Falhas periciais levam MPE a requisitar novas diligências no caso “Ana Carolina”

•MPE ajuíza ACP para anulação de concurso municipal de Tupirama

•MPE defere pedido de dilação de prazo à Investco

•MPE oficia Sesau reafirmando a necessidade de ampliação dos leitos de UTI no HGP

•MPE firma TAC em Gurupi para adequar procedimento municipal nos casos de ocupação de áreas públicas

•MPE expede recomendação para combater poluição sonora em Recursolândia

•MPE realizará visitas semanais no Hospital Geral de Palmas

•Após recomendação do MPE, Prefeitura de Gurupi regulariza recolhimento de entulhos e resíduos sólidos

•Inundações na praia de Pedro Afonso serão investigadas pelo MPE

•MPE requisita apuração em imóveis onde houve vistoria de combate a dengue

•MPE recomenda combate à poluição sonora em Guaraí

•Atuação da Promotora de Justiça Maria Roseli de Almeida Pery na execução do Plano Nacional de Saúde Pública aprovado pelo CNPG

•Ministério Público Eleitoral estará de plantão a partir desta segunda, 05

•MPE investiga Programa Habitacional executado pela Secretaria de Habitação do Estado

JUNHO

•Após recomendação do MPE, Prefeitura de Gurupi entrega equipamentos de segurança para agentes

•MPE requer a prisão preventiva de suposto pedófilo em Guaraí

•MPE consegue condenação de acusado por homicídio

•MPE recomenda que Prefeitura de Gurupi regularize Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

•MPE recomenda Secretaria Estadual de Educação a suspender financiamentos de escolas particulares

•Justiça acata pedido do MPE e suspende reajuste de tarifa de ônibus

•Justiça acata pedido do MPE e declara inconstitucionais leis que designaram prédios públicos de Porto Nacional com nomes de pessoas vivas

•MPE requer que tarifa de transporte coletivo na Capital não seja reajustada

•MPE divulga laudo da morte de empresário em Paraíso

•MPE requer depoimento de criança nos moldes do “depoimento sem dano”

•MPE recomenda que órgãos públicos garantam recolhimento adequado de entulhos e resíduos sólidos em Gurupi

•MPE requer condenação de suposto pedófilo em Gurupi

•MPE instaura procedimento administrativo para verificar possíveis irregularidades em programa habitacional

MAIO

-
- Promotora de Justiça reúne-se com representantes da Secretaria de Saúde de Palmas
-
- Promotor de Justiça fiscaliza cumprimento de TAC
-
- MPE firma TAC com Prefeitura de Palmas para regularizar situação do CCZ
-
- MPE oficia Secretário de Estado para que suspenda cirurgias realizadas por agente público em Porto Nacional
-
- MPE expede recomendação para garantir equipamento de proteção a agentes de limpeza pública de Gurupi
-
- MPE assina TAC com órgãos públicos de Gurupi para garantir segurança na Exposição Agropecuária 2010
-
- MPE propõe Ação Civil Pública contra Fundação Pioneiros Mirins para garantir atendimento a crianças e adolescentes de Carmolândia
-
- MPE cumpre meta do Planejamento Estratégico e discute segurança pública com a comunidade de Xambioá
-
- Abandono do Plenário do Júri pela Defensoria Pública protela julgamento de acusado por homicídio
-

ABRIL

-
- MPE e Defensoria Pública firmam parceria para avaliar situação do SUS em Palmas
-
- Justiça acata acusação do MPE e suspeito por homicídio é condenado
-
- Justiça acata pedido do MPE e determina quebra de sigilo bancário e indisponibilidade de bens de ex-prefeito de Nova Olinda
-
- MPE ajuíza ACP visando garantir vagas em creches e pré-escolas de Araguaína
-
- STF ratifica decisão liminar deferida pelo Juiz da Comarca de Formoso do Araguaia acatando requerimento do Ministério Público Estadual em Ação Civil Pública
-
- MPE ajuíza ACP por ato de improbidade administrativa contra gestores municipais de Palmas e empresa de engenharia
-
- Reforma de Casa de Detenção de Natividade é alvo de Ação Civil Pública do MPE
-
- MPE ajuíza ACP para garantir acesso de estudante ao ensino médio em Colinas do Tocantins
-
- Concessão de Tratamento Fora do Domicílio a pacientes de Gurupi é alvo de recomendação do MPE
-
- MPE recomenda retificação em edital de concurso público municipal de Colinas
-
- MPE ajuíza ACP a fim de regularizar oferta de educação infantil e ensino fundamental em Araguaína
-

•Justiça defere liminar do MPE requerendo a aquisição de bafômetros e decibelímetros para a comarca de Natividade

MARÇO

•Ministério Público Estadual ajuíza ACP para garantir que estudantes da zona rural tenham acesso à escola

•MPE expede recomendações contra nepotismo e para realização de concurso público em Natividade

•Promotorias de Justiça de Colinas expedem recomendação ao movimento grevista da Polícia Civil na cidade

•Denúncia do MPE leva justiça a decretar prisão preventiva de ex-prefeito de Nova Olinda

•Improbidade administrativa leva MPE a ajuizar ACP contra prefeito, primeira-dama e secretária municipal de São Salvador

•Justiça acata pedido do Promotor de Justiça e decreta prisão preventiva de ex-prefeito de Aragominas

•Ex-prefeito de Nova Olinda é alvo de ACP por ato de improbidade administrativa

•Recomendação do MPE suspende nomeação de aprovados em concurso público de Alvorada

FEVEREIRO

•Sinalização inadequada nas ruas de Guarái motiva MPE a expedição de recomendação

•Improbidade administrativa leva MPE a propor Ação Civil Pública contra prefeito de Barra do Ouro

•MPE requer interdição da Casa de Prisão Provisória de Araguaína

•MPE oficia SSP solicitando plantão na Delegacia Especializada da Infância e Juventude

•Descaso com transporte escolar leva MPE a propor de Ação Civil Pública contra ex-prefeito de Barra do Ouro

•Ex-prefeito de Goiatins é demandado em três ações diferentes pelo Ministério Público

•MPE expede recomendação a fim de orientar matrícula de adolescentes no ensino noturno

JANEIRO

•MPE requer informações da prefeitura de Araguaína sobre arrecadação de tributos imobiliários no município

-
- MPE recomenda Secretaria Municipal de Educação de Aparecida do Rio Negro a fim de regularizar transporte escolar
-
- Prefeito de Campos Lindos é alvo de ações por improbidade administrativa
-
- MPE ajuíza ACP contra empresa prestadora de serviço público de transporte
-
- MPE questiona a legalidade na cobrança de tarifa de religação de água
-
- MPE impetra mandado de segurança contra diretor de escola particular a fim de garantir direito à educação
-

2.2 DESTAQUES NA ÁREA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

-
- ◆Realização da Semana da Saúde para Servidores e Membros do Ministério Público
-
- ◆Celebração de convênio com o Tribunal de Justiça para capacitação de servidores
-
- ◆Realização de curso de atendimento ao cidadão
-
- ◆Realização de seleção pública para a contratação de estagiários e credenciamento de instituições
-
- ◆Mobilização junto a Assembleia Legislativa por aumento da arrecadação do Ministério Público do percentual de 2,35% para 2,95% da Receita Corrente Líquida
-
- ◆Pagamento de Direitos de Servidores e Membros provenientes de direitos adquiridos, via judicial ou administrativa
-
- ◆Implantação do Serviço de Saúde aos Integrantes e do Projeto de Qualidade de Vida no MP-TO
-
- ◆Inauguração da sede das Promotorias de Justiça de Colinas do Tocantins, com toda a estrutura necessária para o desempenho das atividades institucionais e todos os móveis e equipamentos renovados
-
- ◆Início das obras nas Promotorias de Justiça de Paranã, andamento na Construção da sede das Promotorias de Tocantinópolis e conclusão do processo licitatório para a Construção da Promotoria de Justiça de Miranorte
-
- ◆Regularização de terrenos, realização de projetos e levantamento de custos dos prédios de Porto Nacional, Arraias, Taguatinga e Xambioá
-
- ◆Realização do Projeto “Promotores em Ação”, com ampla participação dos Promotores de Justiça, dividido em 03 (três) reuniões regionais, Palmas, Araguaína e Gurupi, visando discutir melhorias na atuação do MPE junto à sociedade tocantinense
-
- ◆Realização de mutirão de vacinas
-
- ◆Disponibilização de curso de língua inglesa para Membros e Servidores
-

◆Inauguração da sede das Promotorias de Justiça de Araguaína, com mobiliário, equipamentos de informática e demais equipamentos novos

◆13 (treze) novos Promotores de Justiça empossados

◆Participação dos integrantes do MPE em Campanhas de Solidariedade, como doação de alimentos aos desabrigados pelas enchentes do Nordeste, doação de brinquedos na Campanha de Natal dos Correios “Adote uma Cartinha” e realização de mutirão de doação de sangue ao HEMOCENTRO

◆Recebimento da Certificação de Busca pela Excelência na Gestão do GESPÚBLICA, fornecida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

◆Inauguração da Galeria de Ex-Procuradores Gerais de Justiça

◆Realização de Concurso e Posse para 44 novos servidores do quadro de Analistas Ministeriais, além da posse de 15 Analistas Ministeriais Especializados, 06 Oficiais de Diligências, 06 Técnicos Ministeriais Especializados, 16 Técnicos Ministeriais, 2 Auxiliares Ministeriais Especializados, 01 Auxiliar Ministerial e 2 Motoristas Profissionais, possibilitando a implantação dos serviços de saúde aos integrantes e perícias, além da manutenção das atividades de apoio

◆Apoio na disseminação do GESPÚBLICA em outras instituições, como Polícia Federal, 6º Batalhão da Polícia Militar e Secretaria de Estado da Administração

◆Realização de Curso preparatório para o ingresso na carreira com os Analistas Ministeriais

◆Elevação dos subsídios, da produtividade e do auxílio alimentação dos servidores do MPE

◆Recebimento de doação de livros da Editora Fórum

◆Implantação de catraca eletrônica e acesso diferenciado para público e servidores na PGJ, além da confecção de novos crachás e carteiras de identificação funcional

◆Convênio com o Tribunal de Justiça para utilização da Junta Médica do Judiciário

◆Ações de divulgação, para os públicos interno e externo, e andamento nos projetos do Planejamento Estratégico do MPE 2010-2018

◆ Realização de Pesquisas sobre a situação do Clima Organizacional e sobre a satisfação dos cidadãos atendidos nas Promotorias de Justiça

◆ Aquisição de mobiliário e equipamentos para atendimentos das demandas dos Promotores de Justiça, bem ainda a redistribuição de mobiliário em boas condições de promotorias remodeladas, e reforma de cadeiras, poltronas e longarinas

◆Aquisição de 03 veículos leves do tipo sedã e 01 veículo utilitário do tipo camioneta

◆Contratação dos serviços de segurança armada para todas as unidades do MPE

◆Redução em despesas de custeio como Passagens Aéreas, Diárias e Material de

Consumo

◆ Celebração de Convênio com a Secretaria de Reforma do Judiciário para Implantação do Núcleo Maria da Penha em Palmas

◆ Custeio do Bolsa Auxílio para servidores deste MP-TO

2.3 DESTAQUES NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

● Ampliação dos aspectos de segurança da informação

● Melhoria no desempenho da rede e do tráfego de informações, além da ampliação do link de dados dedicado de 2mb para 10mb

● Melhoria nos links existentes nas Promotorias do Interior e disponibilização de acesso as demais

● Aquisição de toda a infraestrutura contida no Planejamento Estratégico

● Atendimento ao usuário ágil e com maior número de servidores

● Posse de novos servidores para as áreas de redes, segurança e desenvolvimento de sistemas

● Maior rapidez na publicação de informações na INTRANET e INTERNET

● 1.230.008 de acessos ao site da instituição (www.mp.to.gov.br) durante o ano, segundo levantamento do Google Analytics, que ainda mostrou que esses acessos, além do Brasil, foram feitos de Argentina, Estados Unidos, Portugal, Espanha, Índia, Suíça, França e Reino Unido

● Desenvolvimento de melhorias para os sistemas da Folha de Pagamento, RH e Controle de Patrimônio

● Finalização dos seguintes Sistemas: RH, Documentos Eletrônicos, Planejamento Estratégico, Audiência Pública, Relatórios Patrimoniais, Gestão de Contratos, Pesquisa de Clima Organizacional, Ouvidoria, Verificação da Autenticidade de Documentos, Gestão de Férias, Ampliação do Arquimedes, Controle Bibliotecário, Moodle – Curso à distância, Portal da Transparência, Concurso – Publicações, Net Office, CESAFA – controle de cursos e Cadastro online de servidores e membros

2.4 DESTAQUES NA ÁREA DE APOIO OPERACIONAL E DE APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

➤ Seminário Regional de Polícia Comunitária
➤ III Simpósio Sobre o Meio Ambiente

➤ Nova página na internet do CAOMA
➤ Exposição na III Conferência Internacional sobre Humanização do Parto e Nascimento
➤ Seminário em Valoração de Danos Ambientais
➤ Oficina sobre Tribunal de Juri e mudanças no Código de Processo Penal
➤ Realização e balanço sobre casos de homicídio no Tocantins
➤ Elaboração e distribuição de Cartilha “Cidade Sustentável e Bem-Estar para Todos”, através de parceria com a iniciativa privada,
➤ Participação no Projeto “Rede em Ação”
➤ Realização da Operação Pró-Consumidor nas cidades de Dianópolis, Miracema, Formoso do Araguaia
➤ Reuniões para discussão dos direitos da pessoa com deficiência
➤ Participação no Comitê de Erradicação do Comércio Irregular de GLP
➤ Seleção de artigos e publicação de 3 edições da Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Tocantins
➤ Reunião para discussão sobre a utilização de agrotóxicos nos alimentos
➤ Promoção de curso de Inglês
➤ Seminário de Perícia Criminal
➤ Convênio entre CESA F e Faculdade Católica do Tocantins para benefícios aos Membros e Servidores realizarem cursos de pós-graduação
➤ Oficina sobre Recursos Constitucionais
➤ Parceria para acesso à Biblioteca Virtual do Direito Público
➤ Realização da Semana do Meio Ambiente, com diversas atividades para integrar os órgãos que atuam na proteção dos recursos naturais no Estado
➤ Realização da peça teatral “Voto vendido: Consciência Perdida”, do Grupo de Teatro do TRE-TO
➤ Realização do Curso à distância “Introdução ao Direito Eleitoral”
➤ Divulgação do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes
➤ Oficina “Combate a sonegação fiscal”, proferida pelo Promotor de Justiça do Distrito Federal Zacharias Mustafa Neto
➤ III Seminário Regional do Projeto “Tecendo a Paz”, de enfrentamento a violência contra

a criança e o adolescente
➤ Termo de parceria com a PM-TO para realização de atividades de aperfeiçoamento em conjunto
➤ Participação no Curso “Táticas Defensivas e preparo contra a violência”, em Castanhais-PA
➤ Curso de Civismo Interinstitucional
➤ II Seminário Regional do Projeto “Tecendo a Paz”
➤ Convênio com o Colégio de Diretores de Escolas do Ministério Público Brasileiro para proporcionar a oportunidade de realização de cursos de Mestrado e Doutorado nas Universidades de Lisboa e Roma
➤ Realização do I Ciclo de Palestras do CESAF
➤ Eleição de novos Coordenadores dos CAOP's
➤ Realização de Seminário sobre “ACP e Teoria do Super endividamento dos Consumidores”
➤ Oficina sobre Inquérito Civil Público
➤ Parceria entre CAOMA e Grupo Rede - Celtins para a divulgação de Cartilha sobre Meio Ambiente
➤ I Seminário Regional do “Projeto Tecendo a Paz”
➤ Elaboração e distribuição do Calendário CESAF 2010, com dicas e novidades sobre as Novas Regras da Língua Portuguesa

2.5 DESTAQUES NA ÁREA DE HOMENAGENS E REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS

➔ Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins aprova moção do Deputado Stalin Bucar e defere Votos de Aplausos ao Ministério Público do Estado os Tocantins
➔ Representante do Ministério Público é eleito Personalidade do Ano 2010 no Estado do Tocantins em Pesquisa do Grupo Prisma Interativo
➔ Atuação do MPE-TO é destaque em matéria do Jornal Nacional do dia 07/12/2010
➔ Ministério Público do Tocantins recebe moção de aplausos na Câmara Municipal de Porto Nacional
➔ MPE-TO envia grupo ao I Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público e indicará participante para compôr o Comitê Gestor Nacional

→Membro do MPE-TO faz exposição na III Conferência Internacional sobre Humanização do Parto e Nascimento
→Assembléia Legislativa atende o MPE e amplia o repasse de recursos ao órgão
→Eleitos novo Corregedor Geral e Membros do Conselho Superior do Ministério Público e reeleito Procurador-Geral de Justiça
→MPE publica moção de apoio a Polícia Civil de Araguatins
→Representante do MPE-TO participa de eleição de novo Presidente do CNPG
→Participação de Membro na reunião do Projeto Mutirão Carcerário
→Membro prestigia inauguração do Fórum de Paranã e da Vara Maria da Penha em Palmas
→Participação em homenagem de Ex-Presidentes da Associação Tocantinense do Ministério Público
→Recebimento de Certificado da Busca pela Excelência na Gestão
→Inauguração da Galeria de Ex-Procuradores Gerais de Justiça
→Moção de Congratulações expedida pela Câmara Municipal de Arraias
→Artigo de apoio ao trabalho do MPE-TO é publicado pelo site da jornalista Roberta Tum no dia 16/06/2010
→ATMP publica moção de apoio a Promotor de Justiça em 02/06/2010
→Representante do MPE participa de reunião com grupo de servidores do TJ para pôr fim a greve
→Procurador de Justiça é agraciado com Título de Pioneiro de Palmas
→Membro do MPE-TO recebe Título de Cidadão Palmense
→Participação na cerimônia de 10 anos de criação da Capitania Fluvial do Araguaia-Tocantins (CFAT)
→Vereadores da Capital visitam o MPE-TO
→Servidor participa do Encontro Nacional dos Assessores de Comunicação do Ministério Público
→Membro recebe a Medalha Tiradentes
→MPE-TO recebe a visita de Coordenador do IBGE
→Peritos Externos visitam MPE para avaliar cumprimento das etapas do GESPÚBLICA

→SECAD parabeniza o Ministério Público do Tocantins pelo cumprimento da 1ª Etapa do GESPÚBLICA
→Eleitos novos Coordenadores dos CAOP's
→Ministério Público de Goiás apresenta aos membros e servidores do MPE-TO os Benefícios do Planejamento Estratégico realizado
→Pioneiros do MPE são homenageados em Revista Jurídica do órgão
→MPE recebe a visita de Conselheiro do CNMP
→Lançada a Pedra Fundamental da Promotoria de Justiça de Paranã
→Representante do MPE participa da abertura do ano Judiciário
→Representante do MPE participa da abertura do ano Legislativo
→MPE recebe a visita de Vice Almirante da Marinha do Brasil
→Comandantes da PM visitam a Procuradoria Geral de Justiça e discutem operação

3. ESTRATÉGIA, COMPETÊNCIA, ATRIBUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO MPE-TO

3.1 DA ESTRATÉGIA

Missão:

Ser reconhecido como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Visão:

Ser uma instituição acessível à população, independente, moderna e integrada, reconhecida por sua transparência e atuação eficaz na defesa da cidadania, meio ambiente e no combate à corrupção e toda forma de criminalidade.

Valores:

- Confiável;	- Eficaz;	- Fiscal da Lei;	- Popular;
- Independente;	- Acessível;	- Humanizado;	- Transparente

3.2 DA COMPETÊNCIA LEGAL

A Constituição da República Federativa do Brasil definiu que o Ministério Público dos Estados é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127, CF), o que é reafirmado pela Constituição Estadual em seu artigo 49.

Em 02 de janeiro de 2008, entrou em vigor a Lei Complementar nº 51 que, além de instituir a Lei Orgânica do Ministério Público, definiu outras providências, revogando a LC nº 12/96.

O artigo 60, da LC nº 51/2008, definiu que as funções institucionais do Ministério Público do Estado do Tocantins são:

- promover, privativamente, a ação penal pública;
- zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nas Constituições Estadual e Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;
- promover o inquérito civil e a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- promover a ação de inconstitucionalidade ou de representação para fins de intervenção da União e do Estado, nos casos previstos na Constituição Estadual;
- expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los;
- exercer o controle externo da atividade policial;
- requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicando os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;
- exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedadas a representação e a consultoria jurídica de entidades públicas; defender, judicialmente, os direitos e interesses das populações indígenas.

3.3 DAS ATRIBUIÇÕES

A função desempenhada pelos Membros do Ministério Público restou, devidamente, estabelecida pela LC 51/08 nos seguintes termos:

- Os Procuradores de Justiça terão suas atribuições junto aos Tribunais, além de outras estabelecidas pelo Colégio dos Procuradores de Justiça (art. 76);
- Os Promotores de Justiça e os Promotores de Justiça Substitutos exercerão suas atribuições junto ao órgão jurisdicional de primeira instância, e outras fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça (art. 77).

3.4 DA ORGANIZAÇÃO

Órgãos da Administração Superior			
I) Procuradoria Geral de Justiça	II) Colégio de Procuradores de Justiça	III) Conselho Superior do Ministério Público	IV) Corregedoria Geral do Ministério Público

Órgãos da Administração	
1) Procuradorias de Justiça	2) Promotorias de Justiça

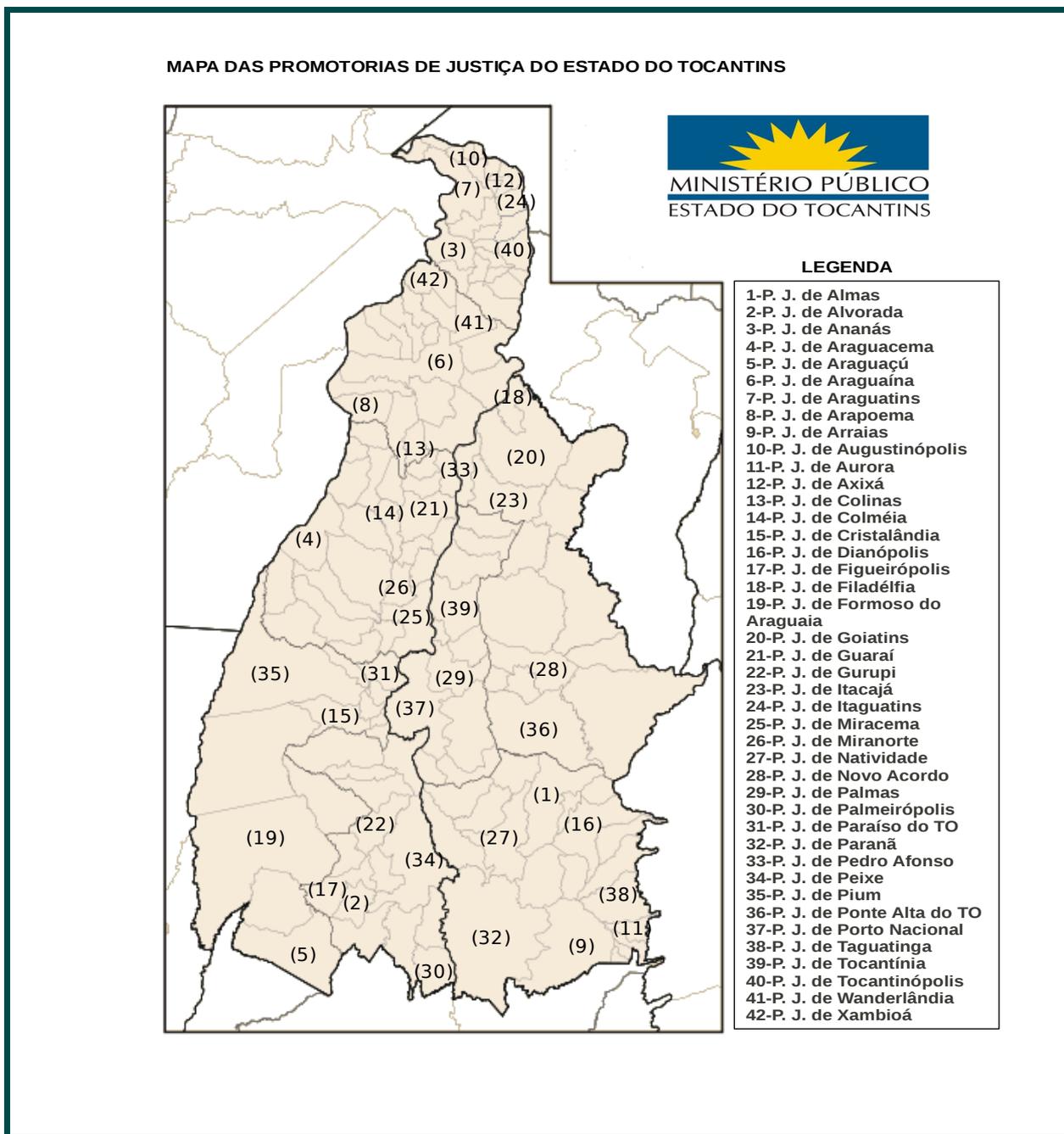
Órgãos de Execução			
a) Procurador Geral de Justiça	b) Colégio de Procuradores de Justiça	c) Conselho Superior do Ministério Público	d) Procuradores de Justiça
e) Promotores de Justiça	f) Promotores de Justiça Substitutos	g) Grupos Especiais de Atuação Funcional	

Órgãos Auxiliares			
i) Comissão de Concurso	ii) Centros de Apoio Operacional	iii) Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional	iv) Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo
v) Estagiários			

A Procuradoria Geral de Justiça está sediada na Avenida Teotônio Segurado, em Palmas-TO, local onde também estão as instalações dos demais Órgãos da Administração Superior, das Procuradorias de Justiça e dos Órgãos Auxiliares, responsáveis pela manutenção e ampliação da infraestrutura existente, bem como, pela prestação dos serviços de apoio aos Membros.

O mapa a seguir aponta as cidades que contam com Promotorias de Justiça do Estado do Tocantins:

Figura 3.4 Mapa das Promotorias de Justiça em Tocantins.



As Promotorias de Justiça, dependendo da movimentação e do volume de processos, podem ser divididas por áreas: Família, Criminal, Infância e Juventude, Meio Ambiente, Cível e Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

4. PROGRAMA 0046: Proteção dos Direitos Sociais e Individuais Indisponíveis

Quadro 4.1 Programa de Proteção dos Direitos Sociais e Individuais

4.1 APRESENTAÇÃO

Denominação:	PROTEÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	
Objetivo	Promover a celeridade na proteção efetiva da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.	
Público-alvo	Sociedade tocantinense	
Dotação Orçamentária	Inicial: R\$ 906.000,00	Autorizada: R\$ 726.698,00

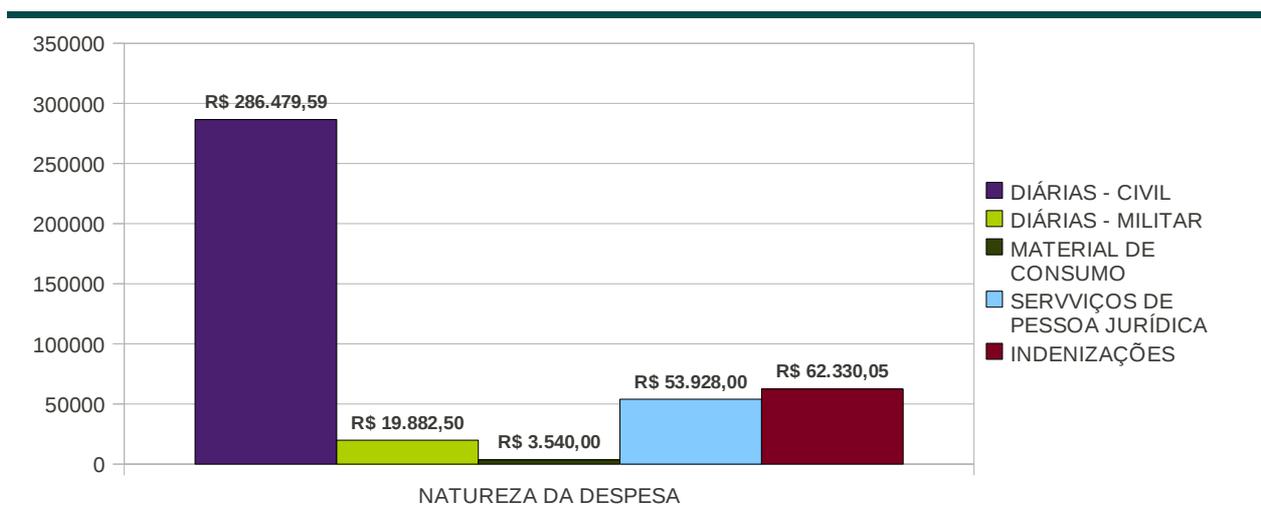
4.2 INDICADORES

Indicador	Unidade de Medida	Resultado 2009	Resultado 2010
Ações de redução da criminalidade e proposição das medidas assecuratórias	Unidade	89.412	76.768*
Rigorosa observância dos prazos processuais nas manifestações	Percentual	-	-
Estudos e atividades de Apoio Operacional	Unidade	7.225	7.083
Correições realizadas	Unidade	19	28
Ações de Combate ao Crime Organizado	Unidade	79	644
Eventos Educativos de Combate à Criminalidade	Unidade	62	26
Horas de Capacitação por Integrante (Média)	Horas/Integrante	12,56	9,71

*Até o fechamento do presente relatório os dados do mês de dezembro ainda estavam sendo alimentados no sistema RAF.

4.3 RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Figura 4.3.1 Distribuição dos gastos



Cumprindo sua função precípua, o programa teve seus custos principais no desenvolvimento das ações à sociedade, assim como pode ser visto no gráfico acima.

Analisando ainda o desempenho no decorrer dos dois últimos anos, o gasto se manteve estável, apesar da inflação e do aumento do número de servidores e membros, mesmo não sendo este o foco da Gestão, que disponibiliza todo o qualquer recurso necessário ao desempenho da atividade final desta instituição.

Tanto se fez para que os recursos disponibilizados para a área finalística não fossem cortados, que, apesar das movimentações orçamentárias para adequação do que foi efetivamente executado, o programa em análise sofreu perdas apenas nos investimentos que seriam realizados na ação de manutenção da Sala de Inteligência, os quais dependiam da celebração de convênio com o Governo Federal, que não se concretizou, apesar de ter sido apresentado, via SICONV, o projeto do mesmo.

Em contrapartida, outros investimentos e ações cujos recursos não foram suficientes e já estavam em fase superior de execução, necessitaram de complementação orçamentária, razão pela qual foram feitas movimentações.

Já as demais modificações foram feitas apenas para adequação de despesas em ações distintas, porém de naturezas semelhantes, o que não prejudicou o desempenho do programa.

Tabela 4.3.2 Alterações orçamentárias

(Apenas as alterações que alteraram o resultado orçamentário da ação e tiveram parecer favorável da SEPLAN)

MANUTENÇÃO DA SALA DE INTELIGÊNCIA – 1127					
El. Despesa	Origem(caso de Suplementação) Destino(caso de Cancelamento)	Suplementação	Cancelamento	Data	Saldo Final
3.3.90.30	6012	0,00	1.500,00	30/11/10	-1.500,00
3.3.90.15	1127	9.000,00	,00	30/11/10	9.000,00
3.3.90.30	6012	0,00	10.000,00	30/11/10	-10.000,00
3.3.90.39	6012	0,00	136.000,00	02/08/10	-136.000,00
4.4.90.52	1159	0,00	80.000,00	20/10/10	-80.000,00
TOTAL					-218.500,00

DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO – 2028					
El. Despesa	Origem(caso de Suplementação) Destino(caso de Cancelamento)	Suplementação	Cancelamento	Data	Saldo Final
3.3.90.14	2187	0,00	20.000,00	01/06/10	-20.000,00
TOTAL					-20.000,00

REALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS – 2187					
El. Despesa	Origem(caso de Suplementação) Destino(caso de Cancelamento)	Suplementação	Cancelamento	Data	Saldo Final
3.3.90.14	2028	20.000,00	0,00	01/06/10	20.000,00
3.3.90.14	2189	2.800,00	0,00	16/11/10	2.800,00
TOTAL					22.800,00

REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CENTROS DE APOIO OPERACIONAL – CAOPS – 2189					
El. Despesa	Origem(caso de Suplementação) Destino(caso de Cancelamento)	Suplementação	Cancelamento	Data	Saldo Final
3.3.90.14	2194	0,00	20.000,00	05/04/10	-20.000,00
3.3.90.14	6012	0,00	175.550,00	02/08/10	-175.550,00
3.3.90.30	----	50,00	0,00	20/10/10	50,00
3.3.90.39	----	221.400,00	0,00	20/10/10	221.400,00
4.4.90.52	----	44.325,00	0,00	20/10/10	44.325,00
3.3.90.14	2187	0,00	2.800,00	16/11/10	-2.800,00
3.3.90.14	----	0,00	29.200,00	30/11/10	-29.200,00
3.3.90.39	----	0,00	250,00	30/11/10	-250,00
TOTAL					37.975,00

CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS E SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO – 2194					
El. Despesa	Origem(caso de Suplementação) Destino(caso de Cancelamento)	Suplementação	Cancelamento	Data	Saldo Final
3.3.90.14	2189	20.000,00	0,00	05/04/10	20.000,00
3.3.90.14	----	0,00	1.910,00	30/11/10	-1.910,00
3.3.90.30	----	0,00	3.000,00	30/11/10	-3.000,00
3.3.90.39	----	0,00	9.772,00	30/11/10	-9.772,00
3.3.90.93	----	0,00	1.895,00	30/11/10	-1.895,00
TOTAL					3.423,00

MANUTENÇÃO DA CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – 2195					
El. Despesa	Origem(caso de Suplementação) Destino(caso de Cancelamento)	Suplementação	Cancelamento	Data	Saldo Final
3.3.90.14	----	0,00	5.000,00	30/11/10	-5.000,00
TOTAL					-5.000,00

4.4 AÇÕES

4.4.1 Ação 2028: Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário

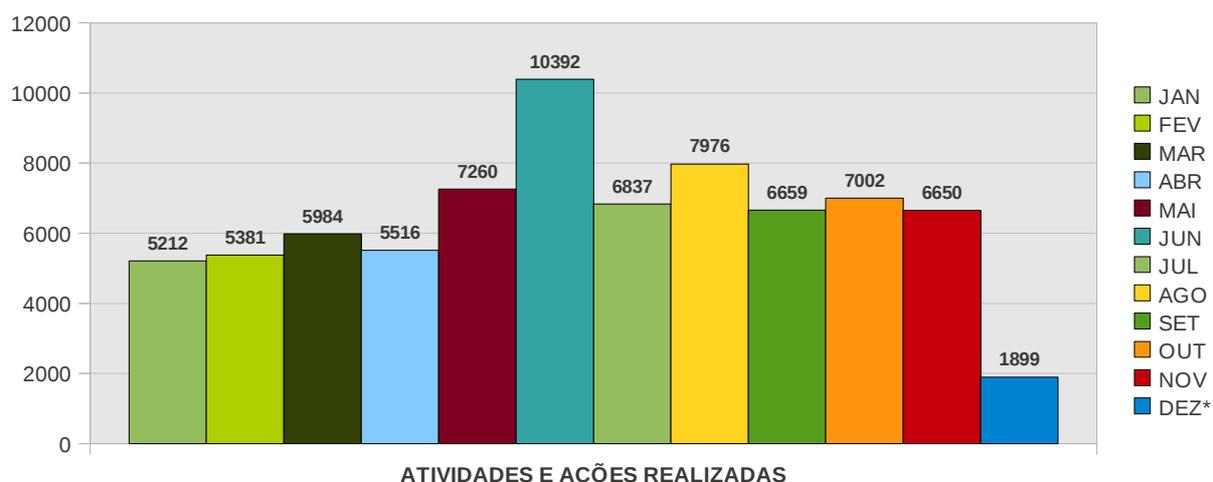
Quadro 4.4.1 Resumo da Ação

Título	2028 – Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário			
Descrição:	A dinâmica de desenvolvimento desta atividade acontece, basicamente, pelo deslocamento de membros p/ manifestação em procedimentos e processos e realização de audiências, bem como pelo deslocamento de membros e servidores p/ cumprir os programas de atendimento aos distritos judiciais, priorizando as atividades ministeriais que reduzam o tempo neutro, o tempo de eficiência e aumento das probabilidades de solução dos casos ou de êxito processual.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Processo Judiciário Concluído	Unidade	90000	76768	85,30
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 168.000,00	R\$ 148.000,00	R\$ 147.660,84	R\$ 147.660,84	99,77

A ação de Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário foi inserida no Plano Plurianual, a partir do ano de 2010, para mensurar a atuação finalística do órgão e seus impactos para a sociedade tocantinense, em parte, conferidos analisando o item 2.1 deste relatório, principais atuações finalísticas.

Pode-se dizer, porém, que os resultados obtidos com o investimento na presente ação foram muito maiores do que demonstrado nas principais atuações, para tanto, apresentamos a seguir um gráfico que demonstra o volume total de processos em que Membros do Ministério Público se manifestaram:

Figura 4.2 Processos devolvidos ao Judiciário com manifestação



Fonte: RAF (Relatório de Atividade Funcional)

*Até o fechamento do presente relatório os dados do mês de dezembro ainda estavam sendo alimentados no sistema RAF.

Os dados apresentados na figura acima mostram que houve uma queda nos indicadores de atividade funcional nos quatro primeiros meses do ano, em razão, principalmente, do período de férias de muitos dos membros, de atividades administrativas para as quais foram convocados, de mudança de prédios das Promotorias, de fatos externos a atuação funcional, a citar os de caráter político, como a troca dos gestores no âmbito estadual, e de dificuldades de pessoal, com a adaptação dos novos membros recém empossados.

Apesar dos problemas enfrentados, a partir do mês de junho, os indicadores apresentaram números muito acima da média mensal dos últimos anos.

Parte desse avanço é fruto do preenchimento de sete cargos que estavam vagos e da rápida troca quando da vacância de outras seis Promotorias, sendo cinco por pedidos de exoneração e uma pelo falecimento do ilustre Promotor de Justiça Daniel Ribeiro da Silva.

Configura-se assim, a importância da atuação do Ministério Público para a sociedade tocantinense, que veremos partilhada por área de atuação nos indicadores do Planejamento Estratégico desta instituição.

4.4.2 Ação 1127: Manutenção da Sala de Inteligência

Quadro 4.4.2 Resumo da Ação

Título	1127 - Manutenção da Sala de Inteligência			
Descrição:	Deslocamento dos servidores, bem como, serviços de manutenção do sistema guardião o qual gerencia informações secretas da Sala de Inteligência em prol dos trabalhos desenvolvidos.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Sala Mantida	Unidade	1	1	100%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 260.000,00	R\$ 41.500,00	R\$ 40.170,50	R\$ 38.170,50	96,80%

A dotação inicial da presente ação tinha por objetivo, além da manutenção das atividades e operações realizadas pela equipe da Diretoria de Inteligência, custear a manutenção do Sistema Guardião (interceptação telefônica) e firmar convênios federais para a aquisição de equipamentos de inteligência de última geração.

No decorrer do ano porém, não se concretizou a transferência dos gastos do sistema de interceptação telefônica, que continuaram sendo pagos pela Polícia Militar.

Para formalizarmos o convênio visando a aquisição de equipamentos foi protocolizada, via SICONV, a proposta nº 75046/2010, que após a análise da equipe técnica do Ministério da Justiça não foi aprovada, em razão da insuficiência de recursos.

Entretanto, no que tange às operações de inteligência, o resultado da presente ação se mostrou surpreendente, com a realização de 82 interceptações realizadas, além de 43 relatórios de inteligência.

Foi também realizada uma ação informativa aos membros e servidores sobre as ferramentas de inteligência disponíveis e sobre a estrutura da Diretoria, além de serem fornecidos formulários e modelos para o pedido de ações de inteligência, o que proporcionou uma procura maior pelos serviços desse setor e um alto número de ações.

4.4.3 Ação 2195: Manutenção da Corregedoria Geral do Ministério Público

Quadro 4.4.3 Resumo da Ação

Título	2195 - Manutenção da Corregedoria Geral do Ministério Público			
Descrição:	Contratação de serviços de consultoria e serviços técnicos especializados, além do custeio dos deslocamentos do Corregedor Geral, Promotor Corregedor e Servidores da Corregedoria para realização de suas atividades .			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Corregedoria Mantida	Unidade	1	1	100%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 30.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 17.050,00	R\$ 17.050,00	68,20%

Ação de suma importância para o alcance dos resultados do Ministério Público junto à sociedade, a Corregedoria Geral se destacou pela atuação firme no cumprimento das disposições legais, trabalhando de forma pró-ativa no sentido de correção das inconsistências encontradas.

Os indicadores de desempenho da atividade podem ser verificados na tabela a seguir:

Tabela 4.4.3.1 Atividades da Corregedoria Geral do Ministério Público no ano de 2010

Descrição das atividades

Quantidade

Correições	28
Avaliações de Estágio de Membros	15
Ofícios expedidos	180
Memorandos expedidos	191
Processos administrativos instaurados	4
Processos administrativos arquivados	30
Total de atividades	448

Vale ressaltar que a Lei Complementar 51/08 permitiu ao Corregedor o firmamento do Termo de Ajuste de Conduta nas matérias disciplinares, medida essa, que se mostrou eficiente no sentido de solucionar o contencioso administrativo de forma menos traumática.

Com relação às dificuldades encontradas, detalhamos o não envio do relatório das atividades funcionais (RAF) como determina a legislação. Do total de 110 Promotorias de Justiça do Estado, apenas quatro não estão preenchendo o relatório. Os titulares dessas Promotorias foram notificados a prestar tais informações, sob pena de sofrer punição disciplinar no caso de descumprimento.

Também podemos destacar as dificuldades pela não utilização, por parte de alguns Órgãos de Execução, dos meios eletrônicos, para comunicação com os Órgãos da Administração Superior.

Já para o ano de 2011, buscaremos solucionar as dificuldades encontradas, através:

- da implantação de um sistema informatizado para abrigar os dados constantes no Prontuário Individual de Membros;
- da busca no aperfeiçoamento do sistema RAF, incluindo dados relevantes para análise estatística, inclusive com a elaboração de novo software por parte da equipe de TI;
- da aquisição de modem para internet móvel, para ser utilizada em viagens; e
- da aquisição de veículo novo, para os deslocamentos da equipe quando em viagens a serviço.

4.4.4 Ação 2189: Realização das Atividades dos Centros de Apoio Operacional – CAOP's.

Quadro 4.4.4 Resumo da Ação

Título	2189 - Realização das Atividades dos Centros de Apoio Operacional - CAOP's			
Descrição:	Contratar serviços técnicos auxiliares e especializados e custear os deslocamentos de membros e servidores dos centros de apoio operacional no desempenho de suas atribuições .			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Atividades de Suporte Realizadas	Unidade	2880	7083	245,94%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 300.000,00	R\$ 337.975,00	R\$ 56.050,00	R\$ 52.110,00	16,58%

O quadro 4.4.4, que apresenta um resumo da ação em análise, mostra uma execução de apenas 16,58% do orçamento da ação e uma meta física superada. Em princípio pode parecer que houve uma superestimação da meta financeira, porém, tais recursos se referem a celebração, já no final do exercício de 2010, do Convênio MPE-TO/SRJ nº 749684/2010-SICONV, cuja execução só será possível em 2011.

No entanto, no que tange a atuação dos Centros de Apoio Operacional, podemos ressaltar que, como mostra a diferença entre a meta física prevista e a executada, pelo segundo ano consecutivo o desempenho desses órgãos foi mais que o dobro do esperado para o período.

Os recursos utilizados nesta ação serviram para custear o deslocamento de

membros e servidores dos Centros de Apoio Operacional no desempenho de suas tarefas.

Os números da tabela 4.4.4.1 detalham por Centro de Apoio Operacional o número de atividades realizadas no ano de 2010:

Tabela 4.4.4.1 Atividades por CAOP no ano de 2010

NOME DO ÓRGÃO	QUANTIDADE DE ATIVIDADES DESEMPENHADAS
CAOP DO MEIO AMBIENTE - CAOMA	1893
CAOP DOS DIREITOS HUMANOS	45
CAOP DA CIDADANIA	131
CAOP DO CONSUMIDOR	274
CAOP DA MULHER	944
CAOP DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	182
CAOP CRIMINAL	1223
CAOP DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	2391
TOTAL DE ATIVIDADES	7083

Além do número elevado de atividades desempenhadas por alguns CAOP's, elencamos a seguir as ações de maior relevância desempenhadas:

CAOP DO MEIO AMBIENTE

- ◆ Constituição do Grupo de Trabalho das Promotorias de Justiça Ambiental com o intuito de subsidiar as demais Promotorias de Justiça que tenham demandas ambientais;
- ◆ Confeção da Cartilha Cidade Sustentável Bem Estar Para Todos – Uso e Ocupação do Solo urbano e Seus Impactos Ambientais;
- ◆ Semana do Meio Ambiente, com confraternização ambiental que integrou a agenda Estadual da Semana do Meio Ambiente;
- ◆ Seminário de Valoração do Dano Ambiental;
- ◆ Realização de vistoria para identificação das condições dos lixões que alcançou 92 dos 139 municípios;
- ◆ Fortalecimento do Projeto Intersectorial de Educação Ambiental nos municípios

pilotos;

- ◆ Realização de pesquisa com turistas nos municípios de Araguañã, Caseara, Pedro Afonso e Ponte Alta do Tocantins, que compõem o Projeto Intersectorial de Educação Ambiental, com o objetivo de avaliar, a partir da visão do turista, as condições ambientais das praias.
-

CAOP DOS DIREITOS HUMANOS

- ◆ Levantamento das instituições de abrigo e permanência de idosos em situação de risco nos municípios do Estado.
 - ◆ Levantamento das instituições de educação e permanência de pessoas com deficiência.
-

CAOP DA CIDADANIA

- ◆ Informação às Promotorias sobre a importância de as Prefeituras alimentarem o SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde, um banco de dados do Ministério da Saúde que tem por objetivo, dentre outros, apurar e disponibilizar para consultas o valor total das receitas e dos gastos em ações e serviços públicos de saúde nos estados e municípios, bem como a relação dos municípios faltosos e um modelo de atuação para requisitar informações a respeito da omissão.
 - ◆ Informação às Promotorias sobre a importância de os municípios criarem e utilizarem CNPJ próprio para movimentação de conta bancária própria pelo Fundo de Saúde, conforme preconiza a Instrução Normativa da Receita Federal nº 748/07, e não o CNPJ da Prefeitura, como acontece em boa parte dos municípios. Isso permitirá que a utilização dos recursos para a saúde seja efetivamente realizada com a essa finalidade.
 - ◆ Seguindo atuação dos anos anteriores, foi elaborado para as Promotorias um comparativo da evolução dos casos de dengue no estado, com a indicação dos municípios em situação mais delicada, sugerindo atuação.
 - ◆ Com o objetivo de subsidiar a atuação das Promotorias foram levantados dados acerca do cumprimento da carga horária dos médicos do estado.
 - ◆ Diligenciou-se acerca do acondicionamento de medicamentos sob responsabilidade da empresa Unihealth Logística Hospitalar, contratada pelo Estado com essa finalidade.
 - ◆ Verificou-se a situação do setor de hemodinâmica do HGP com a expedição de recomendação para a adoção de providências.
-

CAOP DA MULHER

- ◆ Celebração de convênio com a Secretaria Reforma do Judiciário para criação do Núcleo da Lei Maria da Penha em Palmas.
 - ◆ Coleta de material para a realização de exame de DNA a baixo custo.
 - ◆ Realização de reuniões com os Promotores de Justiça.
-

CAOP CRIMINAL

- ◆ Participação no projeto “Rede em Ação”.
-

-
- ◆ Promotorias comunitárias.
 - ◆ ENACC – Estratégia Nacional de Combate a Cartéis.
 - ◆ Controle externo da atividade policial (tabulação e arquivamento).
 - ◆ Participação no Projeto “Promotores em Ação” – integrante do Planejamento Estratégico, em Gurupi, Palmas e Araguaína.
 - ◆ Encontro Nacional de Coordenadores de Centros de Apoio e Núcleos Criminais.
 - ◆ Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública – ENASP.
 - ◆ Grupo de Persecução Penal.
 - ◆ Oficina do Júri.
 - ◆ Seminário Regional de Polícia Comunitária.
 - ◆ Mão de obra carcerária.
 - ◆ Ações diversas: o CAOCRIM fez, em média, 300 consultas de endereços e antecedentes criminais, solicitadas pelas Promotorias de Justiça da capital e do interior, realizou pesquisa de peças e jurisprudências, além de orientações jurídicas e interlocuções políticas, principalmente perante as Secretarias de Segurança Pública e Cidadania e Justiça; participou ainda de várias reuniões a convite da Defensoria Pública e da Polícia Comunitária e coordenou, neste mês de novembro, reunião entre os Procuradores de Justiça para discussão de temas polêmicos na área criminal e firmamento de entendimentos perante o Tribunal de Justiça.
-

CAOP DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

- ◆ Realização de visitas técnicas em mais de 60 escolas municipais e estaduais, com posterior elaboração de relatório e encaminhamento ao Promotor de Justiça competente para adoção das medidas cabíveis.
 - ◆ Fiscalização das eleições para Conselheiro Tutelar em 15 municípios tocaninenses.
 - ◆ Participação no Projeto Tecendo a Paz, cuja finalidade era capacitar professores e membros da rede de proteção de crianças e adolescentes para o enfrentamento da violência e a defesa dos direitos das crianças e adolescentes, além de promover o fortalecimento e a articulação das redes municipais de ensino.
-

CAOP DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

- ◆ Estudos jurídicos e contábeis relacionado a apuração de ato de improbidade administrava cometido pelo gestor público.
 - ◆ Emissão de relatórios técnicos de Inquéritos Civil e Procedimentos Preparatórios de Investigação.
-

CAOP DO CONSUMIDOR

◆ Força-Tarefa Pró-Consumidor:

A principal atividade desenvolvida pelo CAOP do Consumidor é articular, organizar e coordenar a Força-tarefa Pró-Consumidor.

Trata-se de uma equipe formada por servidores de diversas instituições com trabalhos afins ao Direito do Consumidor. Esse grupo se desloca até a cidade onde atua o Promotor de Justiça que solicita previamente a ida da equipe e promove a fiscalização dos estabelecimentos comerciais.

O foco de atuação da Força-tarefa é determinado pelo Promotor, desde o ofício que solicita a ação ao CAOP do Consumidor, podendo ser vistoriados: supermercados, açougues, padarias, farmácias, postos de vendas de gás, postos de combustíveis, venda clandestina de leite in natura, entre outros.

Dependendo do foco da ação, é solicitada a ajuda de diferentes parceiros, tais como: PROCON, Vigilância Sanitária Estadual, Vigilância Sanitária Municipal, Delegacia do Consumidor, Bombeiros, Polícia Militar e etc, os quais atuam em conjunto.

Durante o ano de 2010 foram deflagradas três operações da Força-tarefa Pró-Consumidor nas seguintes cidades: Formoso do Araguaia, Miracema do Tocantins e Dianópolis.

Todas essas operações fizeram surtir efeitos nas cidades onde ocorreram, visto que foram apreendidas toneladas de produtos impróprios para consumo e diversos termos de autuação foram lavrados, tanto do PROCON como da Vigilância Sanitária Estadual e Municipal, bem como Inquéritos Policiais foram instaurados e até prisões em flagrante efetuadas diante das situações de crime.

Como resultados das ações do CAOP do Consumidor no ano de 2010, podemos destacar:

Estabelecimentos Visitados	
Supermercados	85
Restaurantes e Lanchonetes	9
Açougues	33
Padarias	12
Total	114
Apreensões	
Produtos apreendidos pelo PROCON	2399
Produtos apreendidos pelas Vigilâncias Sanitárias Municipais	19735
Quantidade de produtos cárneos apreendidos	3990
Quantidade aproximada de apreensões	25 toneladas
Autuações	
PROCON	
Autos de Infração	21
Termos de Apreensão	21
Autos de Constatação	37
Relatórios de Visita	11
Vigilância Sanitária Municipal	
Termos de Apreensão	93

Notificações	27
Autos de Infração	2
Interdições	6
Visa Estadual	
Termos de Apreensão	9
Autos de Infração	1
Polícia Civil	
Prisão em Flagrante	1
Boletim de Ocorrência	1
Total geral de autuações	230

◆ Programa de Análise de Resíduos Agrotóxicos - PARA

O Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), iniciado em 2001 pela Anvisa, tem por objetivo prevenir agravos à saúde da população ocasionados pela da exposição aos agrotóxicos através dos alimentos, implantando assim, em nível nacional, um serviço para monitorar continuamente os níveis de resíduos de agrotóxicos nos alimentos que chegam à mesa do consumidor e adotar medidas de controle.

Esse programa é uma ação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, coordenado pela Anvisa em conjunto com os órgãos de vigilância sanitária de 25 estados participantes e o Distrito Federal, os quais realizam os procedimentos de coleta dos alimentos nos supermercados para análise em laboratório.

O Programa acima mencionado monitora diversas culturas, tais como abacaxi, alface, arroz, banana, batata, cebola, cenoura, feijão, laranja, maçã, mamão, manga, morango, pimentão, repolho, tomate e uva.

No ano de 2004 as coletas e análises começaram a ser feitas em produtos recolhidos no estado do Tocantins, e logo foram detectados problemas quanto aos níveis e mesmo quanto à qualidade dos resíduos agrotóxicos encontrados nos alimentos. A Vigilância Sanitária Estadual notificava os estabelecimentos em que eram encontradas as referidas irregularidades, no entanto, nenhuma providencia era tomada por parte dos fornecedores a fim de solucionar o problema dos resíduos agrotóxicos. Por essa razão, a Vigilância Sanitária Estadual e o Ministério Público Estadual resolveram firmar uma parceria com esse fim.

Foi realizada uma reunião para a qual todos os órgãos envolvidos no assunto foram convidados a discutir e definir estratégias de ações.

Posteriormente foram realizadas reuniões com a participação dos estabelecimentos comerciais de Palmas tendo como finalidade discutir e firmar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em que esses se comprometeriam basicamente a prestar todas as informações sobre os fornecedores dos produtos no ato da coleta e, caso viesse algum resultado insatisfatório das análises, os mesmos se comprometeriam a não mais comprarem o produto específico que apresentou desconformidade daquele fornecedor.

Foram chamados oito supermercados a assinarem o Termo de Ajustamento de Conduta, mas apenas quatro deles se mostraram sensíveis ao problema e resolveram integrar esta ação assinando o referido TAC. São eles: Supermercado Extra, Supermercado Makro, Supermercado Big e Comercial Eldorado.

4.4.5 Ação 2194: Capacitação dos Membros e Servidores do Ministério Público

Quadro 4.4.5 Resumo da Ação

Título	2194 - Capacitação dos Membros e Servidores do Ministério Público			
Descrição:	Promoção e/ou apoio à realização de cursos e outras atividades de capacitação para membros e servidores, por meio de parcerias com o poder público, setor privado e organizações da sociedade civil, visando o aprimoramento técnico necessário ao desenvolvimento das atividades ministeriais.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Servidores capacitados	Porcentagem	90	118	131,11%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 118.000,00	R\$ 121.423,00	R\$ 117.577,21	R\$ 117.577,21	96,83%

O quadro acima mostra que a execução da ação de Capacitação dos Membros e Servidores do Ministério Público foi muito próxima do que havia sido inicialmente previsto, tanto em número de servidores capacitados como também em volume de recursos investidos.

Essa execução tão próxima a ideal, em termos do que foi planejado, só foi possível graças as alterações realizadas durante o ano para adequação da estrutura do Ministério Público, de forma a não possibilitar a sobreposição de ações de setores diversos. A principal medida foi a centralização de todas as atividades de capacitação e aperfeiçoamento no Centro de Aperfeiçoamento Funcional – CESAF.

Diante disso, o CESAF passou a gerir os recursos da ação de Capacitação, sendo responsável pela fixação de metas e elaboração de cronograma de cursos, além de buscar parcerias com outras instituições para a realização conjunta de eventos de capacitação.

Outra melhoria implementada foi a criação de um sistema com banco de dados único de capacitações, que tornou possível acompanhar o número de eventos realizados, a carga horária e os servidores presentes.

Abaixo, os eventos de capacitação que tiveram participação de servidores deste órgão:

Eventos

- CONGRESSO BRASILEIRO DE SECRETÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD, em Brasília(DF).

 - OFICINA PRÁTICA SOBRE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – em Palmas(TO), realizada e organizada pelo Cesaf.

 - CICLO DE PALESTRAS – em Palmas(TO), realizado e organizado pelo Cesaf.

 - CURSO DE TÁTICAS DEFENSIVAS – em Castanhal(PA).

 - OFICINA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA – em Palmas(TO), realizada e organizada pelo Cesaf em parceria com a Defensoria Pública.

 - CURSO SOBRE CIVISMO INTERINSTITUCIONAL – em Palmas(TO), realizado e organizado pelo Cesaf.

 - OFICINA PRÁTICA DE COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL – em Palmas(TO), realizada e organizada pelo Cesaf.

 - PEÇA EDUCATIVA: VOTO VENDIDO, CONSCIÊNCIA PERDIDA – em Palmas(TO), encenada pela Cia de Teatro do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins.

 - CURSO ORÇAMENTO PÚBLICO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – em Palmas(TO), realizado e organizado pelo Cesaf em parceria com a Escola de Governo do Tocantins.

 - VIII JORNADA BRASILEIRA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL E PENAL – em Vitória(ES), Instituto Brasileiro de Direito Processual.

 - OFICINA SOBRE RECURSOS CONSTITUCIONAIS – em Palmas(TO), realizada e organizada pelo Cesaf.

 - ENCONTRO NACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP – em Brasília(DF).

 - SEMINÁRIO JURÍDICO – em Palmas(TO), realizado e organizado pelo Cesaf em parceria com a Defensoria Pública.
-

-
- CURSO DE FORMAÇÃO DE INSTRUTORES – em Palmas(TO), realizado e organizado pelo CESAF em parceria com a Escola de Governo do Tocantins.
-
- SEMINÁRIO DE PERÍCIAS NOS CRIMES CONTRA A VIDA – em Palmas(TO), realizado e organizado pelo CESAF em parceria com a Secretaria da Segurança Pública.
-
- CURSO DE MEDIA TRAINING – em Palmas(TO), realizado e organizado pelo Cesaf.
-
- LL ENCIMP – Rio de Janeiro(RJ).
-
- CURSO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO – virtual, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.
-
- OFICINA PRÁTICA DO JÚRI – em Palmas(TO), realizada e organizada pelo Cesaf.
-
- CURSO DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010 – Fortaleza(CE).
-
- I CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – em Brasília(DF), totalmente custeado pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.
-

Fonte: Sistema Cesaf.

Além de ser utilizado na realização de alguns dos eventos acima mencionados, o recurso disponível na ação em tela foi utilizado para custear deslocamentos de membros e servidores para participação em eventos de capacitação, para custear 25 bolsas de estudo para servidores deste Ministério Público participarem de cursos de graduação, com benefícios de até 30% do valor do curso realizado.

4.4.6 Ação 2187: Realização das Ações de Combate às Organizações Criminosas

Quadro 4.4.6 Resumo da Ação

Título	2187 – Realização das Ações de Combate às Organizações Criminosas			
Descrição:	Custear e proporcionar o deslocamento de servidores e membros do Grupo Especial de Combate às Organizações Criminosas, durante a apuração de crimes relativos combustíveis, pirataria, ordem tributária, jogos de azar, caça níquéis e bingos, exploração de apostas, bem como fraudes em máquinas emissoras de cupons fiscais, além do crime organizado nos presídios e ao narcotráfico .			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Ações de Combate ao crime organizado	Unidade	12	644	5366,67%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 30.000,00	R\$ 52.800,00	R\$ 47.651,50	R\$ 47.651,50	90,25%

A atuação do Ministério Público do Estado do Tocantins no combate ao crime organizado produz a cada ano resultados mais positivos para a sociedade, demonstrando a importância da presente ação e da ampliação contínua dos recursos nela investidos.

Salutar ressaltar as ações do Grupo de Combate às Organizações Criminosas (GECOC), quais sejam:

Tabela 4.4.6 Atividades GECOC

TIPO DE ATIVIDADE	QUANTIDADE
ESTUDO	1
VISTORIA	5

TIPO DE ATIVIDADE	QUANTIDADE
OFÍCIO	137
MEMORANDO	114
INQUÉRITO POLICIAL	11
TERMO DE DECLARAÇÕES	23
TERMO DE INTERROGATÓRIO	144
TERMO DE DEPOIMENTO	23
PROC. PRELIMINAR DE AVERIGUAÇÃO	6
BOLETIM DE OCORRÊNCIA	16
AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	4
TERMO CIRCUNSTANCIADO	4
PROC. INVEST. CRIMINAL	2
MEDIDA CAUTELAR	5
PEÇA DE INFORMAÇÃO	18
ORDEM DE SERVIÇO	2
OPERAÇÃO DE INTERCEPTAÇÃO	82
RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA	43
RELATÓRIO AO CNMP	12
REUNIÕES DO GNCOC	8
FORMALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS	2
REUNIÕES COM ÓRGÃOS DE SEGURANÇA	107
TOTAL	769

Dentre os procedimentos relacionados na tabela anterior, merecem destaque:

1. Realização de operação de combate aos crimes contra Administração Pública;
2. Combate a crimes cibernéticos;
3. Adoção de medidas de combate à cartelização;
4. Realização de operações na Capital e no interior de repressão ao tráfico de drogas;
5. Atuação em conjunto com as Promotorias de Justiça de Araguaína, Xambioá, Ananás, Paranã, Colinas, Natividade e Porto Nacional.

5 PROGRAMA 0047: Modernização e Desenvolvimento Institucional do Ministério Público

Quadro 5.1 Modernização e Desenvolvimento Institucional do Ministério Público

5.1 APRESENTAÇÃO

DENOMINAÇÃO:	MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Objetivo	Promover a modernização e o desenvolvimento organizacional do Ministério Público, visando atender com eficácia, eficiência e efetividade as demandas Institucionais e da sociedade tocantinense.	
Público-Alvo	Membros, Servidores e Sociedade tocantinense	
Dotação Orçamentária	Inicial: R\$ 11.162.000,00	Autorizada: R\$ 15.822.455,00

5.2 INDICADORES

Indicador	Unidade de Medida	Resultado 2009	Resultado 2010
Veículo adquirido	Unidade	0	4
Promotoria construída	Percentual	-	P-1= 100% P-2= 80% P-3= 0% P-4= 60%
Concurso realizado	Unidade	0	1
Nota do GESPÚBLICA	Pontuação Obtida	Não apurada	109
Índice interno de satisfação com o Clima Organizacional	Percentual	Não apurado	59,00%

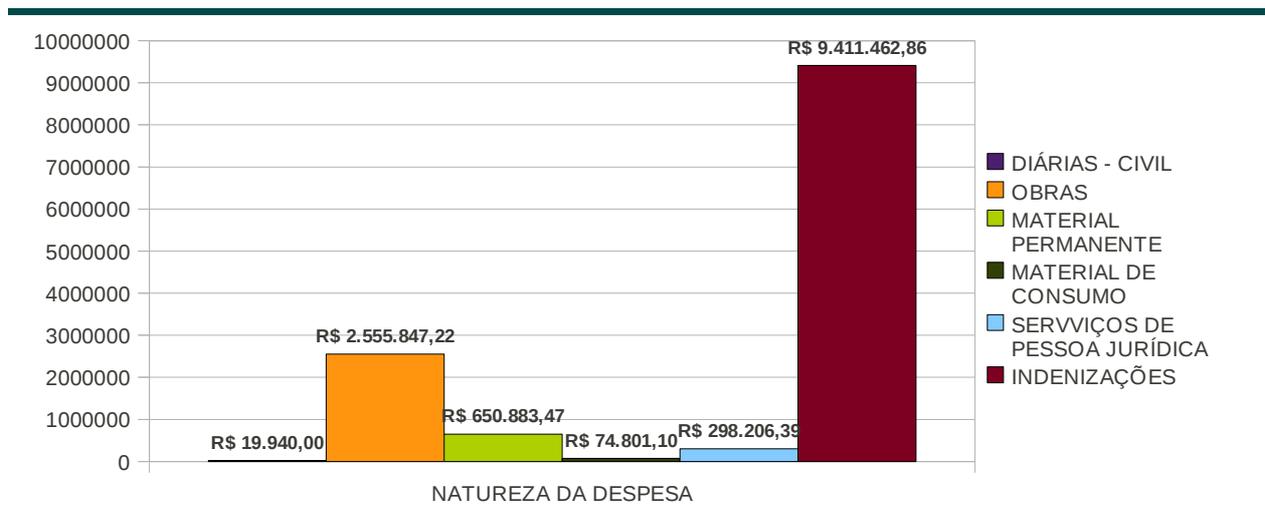
Legenda: P-1: Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins; P-2: Promotoria de Justiça de Tocantinópolis; P-3: Promotoria de Justiça de Porto Nacional; e P-4: Promotoria de Justiça de Paranã.

No intuito de cumprir o objetivo maior do Programa de Modernização e Desenvolvimento Institucional do Ministério Público, a cada dia procuramos formas de melhor executar as ações, visando atender aos princípios da Administração Pública da eficiência e economicidade, além de procurar nos aproximar do desempenho da iniciativa privada no que diz respeito a eficácia.

Com este intuito, a priorização de ações planejadas através do GESPÚBLICA e do Planejamento Estratégico serviram para atender as demandas que se mostraram prioritárias na avaliação destes planos, cumprindo parte das metas definidas, porém, enfrentando dificuldades na execução de outras necessidades.

5.3 RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Figura 5.3 Distribuição dos gastos no Programa de Modernização e Desenvolvimento Institucional do Ministério Público



A execução orçamentária do presente programa precisou de diversas alterações durante o decorrer do exercício, parte em razão de novos recursos disponibilizados para a execução de obras, através de Operação de Crédito obtida pelo Governo do Estado e disponibilizada no orçamento de forma suplementar, parte em razão da demanda surgida por novos processos administrativos, que reconheceram direitos de integrantes do órgão, além da necessidade de adequação nas ações de tecnologia da informação e Implantação do modelo de excelência na Gestão Pública.

A seguir, apresentamos uma tabela com a descrição detalhada das alterações orçamentárias aprovadas e realizadas:

Tabela 5.3.1 Alterações orçamentárias

(Apenas as alterações que alteraram o resultado orçamentário da ação e tiveram parecer favorável da SEPLAN)

IMPLANTAÇÃO DO MODELO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA – 1020					
El. Despesa	Origem(caso de Suplementação) Destino(caso de Cancelamento)	Suplementação	Cancelamento	Data	Saldo Final
4.4.90.52	1128	90.000,00	0,00	03/05/10	90.000,00
4.4.90.52	1020	3.624,00	0,00	21/05/10	3.624,00
3.3.90.39	1020	0,00	3.624,00	21/05/10	-3.624,00
4.4.90.52	1020	2.845,00	0,00	27/07/10	2.845,00
3.3.90.30	1020	0,00	2.845,00	27/07/10	-2.845,00
3.3.90.39	6012	0,00	150.000,00	02/08/10	-150.000,00
3.3.90.14	-----	0,00	30.060,00	30/11/10	-30.060,00
3.390.30	-----	0,00	32.962,00	30/11/10	-32.962,00
3.3.90.39	-----	0,00	38.187,00	30/11/10	-38.187,00
3.3.90.93	-----	0,00	6.693,00	30/11/10	-6.693,00
TOTAL					-167.902,00

ESTRUTURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – 1114					
El. Despesa	Origem(caso de Suplementação) Destino(caso de Cancelamento)	Suplementação	Cancelamento	Data	Saldo Final
3.3.90.39	6012	0,00	20.000,00	02/08/10	-20.000,00
4.4.90.52	1159	0,00	41.500,00	20/10/10	-41.500,00
4.4.90.52	2001	0,00	10.000,00	03/11/10	-10.000,00
4.4.90.52	2001	0,00	200.000,00	10/08/10	-200.000,00
4.4.90.52	2001	0,00	13.879,00	16/10/10	-13.879,00
4.4.80.52	1128	0,00	30.299,00	16/11/10	-30.299,00
3.390.36	-----	0,00	6.000,00	30/11/10	-6.000,00
3.3.90.39	-----	0,00	16.654,00	30/11/10	-16.654,00
3.3.90.47	-----	0,00	300,00	30/11/10	-300,00
TOTAL					-338.632,00

CONSTRUÇÃO DAS PROMOTORIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO – 1128					
El. Despesa	Origem(caso de Suplementação) Destino(caso de Cancelamento)	Suplementação	Cancelamento	Data	Saldo Final
4.4.90.51	---	3.000.000,00	0,00	08/02/10	3.000.000,00
3.3.90.47	1128	1.500,00	0,00	03/05/10	1.500,00
4.4.90.51	1128 e 1020	0,00	91.500,00	03/05/10	-91.500,00
4.4.90.51	6012	0,00	540.000,00	13/10/10	-540.000,00
4.4.90.51	6012	0,00	540.000,00	03/10/10	-540.000,00
4.4.90.51	2001	0,00	6.000,00	16/10/10	-6.000,00
4.4.90.52	2001	0,00	30.000,00	16/10/10	-30.000,00
4.4.90.51	2001 e 1114	190.909,00	0,00	16/11/10	190.909,00
3.3.90.47	---	0,00	1.500,00	30/11/10	-1.500,00
TOTAL					1.983.409,00

Tabela 5.3.1 Alterações orçamentárias

(Apenas as alterações que alteraram o resultado orçamentário da ação e tiveram parecer favorável da SEPLAN)

RENOVAÇÃO DA FROTA DE VEICULOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO – 1159					
El. Despesa	Origem(caso de Suplementação) Destino(caso de Cancelamento)	Suplementação	Cancelamento	Data	Saldo Final
4.4.90.52	2001	4.000,00	0,00	22/03/10	4.000,00
4.4.90.52	1127 e 1114	121.500,00	0,00	20/10/10	121.500,00
TOTAL					125.500,00

CONCESSÃO DE DIREITOS A MEMBROS E SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO – 6012					
El. Despesa	Origem(caso de Suplementação) Destino(caso de Cancelamento)	Suplementação	Cancelamento	Data	Saldo Final
3.3.90.93	1127, 2189, 1020, 1114, 1254, 2001	791.000,00	0,00	02/08/10	791.000,00
3.3.90.93	1128	540.000,00	0,00	13/10/10	540.000,00
3.3.90.93	1128	540.000,00	0,00	03/10/10	540.000,00
3.3.90.93	----	1.070.500,00	0,00	16/11/10	1.070.500,00
TOTAL					2.941.500,00

REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO – 1254					
El. Despesa	Origem(caso de Suplementação) Destino(caso de Cancelamento)	Suplementação	Cancelamento	Data	Saldo Final
3.3.90.39	2001	200.000,00	0,00	10/03/10	200.000,00
3.3.90.39	6012	0,00	82.000,00	02/08/10	-82.000,00
3.3.90.39	----	0,00	1.420,00	30/11/10	-1.420,00
TOTAL					116.580,00

5.4 AÇÕES

5.4.1 Ação 1159: Renovação da frota de veículos do Ministério Público

Quadro 5.4.1 Resumo da Ação

Título	1159 – Renovação da frota de veículos do Ministério Público			
Descrição:	Realização de atos administrativos para aquisição de automóveis e motocicletas para renovação da frota de veículos do Ministério Público .			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Veículo adquirido	Unidade	3	4	133,33
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 120.000,00	R\$ 245.500,00	R\$ 228.440,00	R\$ 121.500,00	93,05%

A frota de veículos da Procuradoria Geral de Justiça, no final do exercício de 2010, soma 42 unidades, distribuídas nas categorias de transporte de passageiros, utilitários, caminhões e motocicletas, alocados nas diversas unidades desta Instituição, ocorrendo um crescimento médio 9,2%, se comparados aos dados de 2009.

Apesar desse incremento, e de relevantes esforços para manter o bom estado de conservação dos veículos desta instituição, com idade média de 4,15 anos, ou seja, uma idade média avançada, em comparação à de outros órgãos, tal fato contribuiu para elevar as despesas operacionais, no decorrer de 2010.

A solução encontrada para diminuir despesas operacionais é a renovação da frota, assim, no exercício de 2010, foram adquiridos 03 (três) veículos para transportes de passageiros, marca/modelo Siena 1.4, ano 2010, bem como 01 (um) veículo utilitário marca/modelo Toyota Hilux, diesel 4x4.

Para o exercício de 2011, busca-se a possibilidade de aquisição de 14 (quatorze) veículos novos, em substituição aos componentes mais antigos da frota. Com essa política, a instituição prioriza a modernização e redução de despesas operacionais.

5.4.2 Ação 1128: Construção das Promotorias do Ministério Público

Quadro 5.4.2 Resumo da Ação

Título		1128 - Construção das Promotorias do Ministério Público		
Descrição:		Será elaborado o projeto e após aprovação da direção desta unidade, dará início ao procedimento licitatório na modalidade concorrência pública para contratação da empresa que construirá os prédios das promotorias de justiça.		
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Promotorias construídas	Porcentagem	P-1= 90 P-2= 90 P-3= 90 P-4= 0	P-1= 100 P-2= 80 P-3= 0 P-4= 60	P-1= 111% P-2= 88% P-3= 0% P-4=E/P
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 3.500.000,00	R\$ 5.483.409,00	R\$ 2.724.756,70	R\$ 2.329.779,40	49,69%

Legenda: P-1: Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins; P-2: Promotoria de Justiça de Tocantinópolis; P-3: Promotoria de Justiça de Porto Nacional; e P-4: Promotoria de Justiça de Paranã/ E/P: executada além da previsão.

O ano de 2010 foi de grandes avanços também na ação de Construção das Promotorias do Ministério Público, tendo como principais destaques:

- A inauguração da sede das Promotorias de Justiça de Araguaína, em 09/08/2010, com 14 gabinetes para os Promotores de Justiça, auditório com capacidade para 90 pessoas, biblioteca, garagem privativa para os membros e salas destinadas a técnicos e analistas ministeriais, totalizando 1.279,25m² de área construída; e
- A inauguração da sede das Promotorias de Justiça de Colinas do Tocantins, conta com

quatro gabinetes para as Promotorias, auditório para 90 pessoas, banheiro público com acessibilidade, garagem privativa para os membros e estacionamento público, totalizando 446,09m² de área construída.

Além destas obras já finalizadas, temos:

- A construção da sede das Promotorias de Justiça de Tocantinópolis, executada em 80%, inauguração prevista para o primeiro semestre de 2011, estruturada em 04 gabinetes para os Promotores de Justiça, sala de reuniões, auditório com capacidade para 90 pessoas, banheiro público com acessibilidade, garagem privativa para os membros e estacionamento público, totalizando 487,48m² de área construída; e

- A construção da sede das Promotorias de Justiça de Paranã, executada em 60%, também com previsão para inauguração no primeiro semestre de 2011, estrutura de 02 gabinetes para os Promotores de Justiça, sala de reuniões e audiências, banheiro público com acessibilidade, garagem privativa para os membros e estacionamento público, totalizando 270,14m² de área construída.

Ainda no sentido de cumprir as metas traçadas no Planejamento Estratégico, foram elaborados os projetos de construção das Promotorias de Porto Nacional, Taguatinga, Xambioá e Arraias, cujas obras serão iniciadas no exercício 2011, caso haja disponibilidade financeira.

No tocante à construção das Promotorias de Justiça de Porto Nacional, cuja previsão era iniciar a obra ainda em 2010, tal ação não foi possível em razão de problemas com a documentação do terreno onde será feita a construção, que foi doado ao Ministério Público pelo Governo Federal. No entanto, necessita de regularização, razão pela qual, apesar de já dispor de projeto e, inclusive, orçamento disponível, não foi possível realizar os trabalhos.

Apesar dos problemas citados, o balanço da ação é amplamente positivo, em razão do volume que se conseguiu implementar no cumprimento das metas estabelecidas, o que só foi possível graças a mudanças sutis no contexto da administração do Ministério Público.

As principais mudanças foram a criação da Área de Projetos e Edificações, responsável por toda a parte de engenharia e arquitetura do MPE-TO, que possibilitou

também a criação da Comissão de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia, fatos que ampliaram a capacidade de executar obras e serviços de engenharia a um menor custo e possibilitaram melhores condições de acompanhamento das obras em andamento.

5.4.3 Ação 6012: Concessão de direitos a membros e servidores do Ministério Público

Quadro 5.4.3 Resumo da Ação

Título	6012 - Concessão de direitos a membros e servidores do Ministério Público			
Descrição:	Pagamento do realinhamento aos Membros do MPE (Lei 10.477/2002), bem como outros direitos reconhecidos por decisões administrativas.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Créditos administrativos pagos	Porcentagem	40	58	145,27%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 6.497.000,00	R\$ 9.438.500,00	R\$ 9.410.156,12	R\$ 9.410.156,12	99,69%

No exercício 2010, continuaram sendo pagos nesta ação os direitos oriundos do Realinhamento Funcional, além de surgirem novas demandas referentes à Parcela Autônoma de Equivalência.

Para tanto, foi necessário suplementar a ação com recursos oriundos da substituição de fonte no financiamento de projetos, bem como da economia de despesas na execução das atividades administrativas, de forma a não prejudicar o desempenho de nenhuma das atividades/projetos.

Tal preocupação se mostrou válida, pois com a economia gerada pelas outras

ações, foi possível manter em dia o pagamento dos direitos mencionados, bem como antecipar parcelas.

Esta conduta demonstra o respeito do MPE aos direitos de seus integrantes, valorizando-os cada vez mais, para que possam prestar serviços cada vez melhores à sociedade.

5.4.4 Ação 1020: Implantação do Modelo de Excelência em Gestão Pública

Quadro 5.4.4 Resumo da Ação

Título	1020: Implantação do Modelo de Excelência em Gestão Pública			
Descrição:	Contratar serviços de consultoria, serviços técnicos especializados e custear os deslocamentos dos responsáveis no processo de implantação do planejamento estratégico do ministério público e do GESPÚBLICA .			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Modelo Implantado	Percentual	80	70	87,5%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 510.000,00	R\$ 342.098,00	R\$ 341.899,70	R\$ 330.622,42	99,94%

Marco fundamental na história do Ministério Público, a preocupação com a busca pela excelência na Gestão alcançou, no ano de 2010, grande volume de ações implementadas e em implementação.

Nesse aspecto, a busca por uma Gestão Pública de Excelência suplantou os limites de uma simples ação no PPA, passando a ter dois projetos em permanente expansão e execução que, por possuírem informações fundamentais, ganharam nova apresentação neste relatório: o Planejamento Estratégico (item 7) e o GESPÚBLICA (item 8).

No tocante à aplicação dos recursos, foram executadas as seguintes realizações:

- Custeio dos deslocamentos na realização dos Projetos “Promotores em Ação”, nas cidades de Araguaína e Gurupi;
- Impressão de relatórios, revistas, informativos e da cartilha do projeto “Conhecendo o Ministério Público”(Carta de Serviços ao Cidadão);
- Implementação do Sistema de Segurança na sede da Procuradoria Geral de Justiça e das Promotorias de Justiça de Araguaína, com a aquisição de equipamentos, serviços e materiais;
- Pagamento da ação de capacitação para construção do Planejamento Estratégico;
- Ações do programa de qualidade de vida dos integrantes do MPE;
- Realização do I Curso para os Analistas Ministeriais recém-ingressos na carreira;
- Realização da Pesquisa de Satisfação no atendimento;
- Realização da Pesquisa de Satisfação com o Clima Organizacional, entre os membros e servidores;
- Publicação de 03 números da Revista Jurídica do Ministério Público, organizada e editada pelo CESAF.

Tais realizações, somadas aos esforços dos Membros e Servidores na execução de suas tarefas, fizeram o Ministério Público do Estado do Tocantins ganhar destaque entre as instituições públicas do Estado, sendo reconhecido por meio de Certificados, Homenagens, Elogios e até mesmo voto de aplausos em Casas Legislativas.

5.4.5 Ação 1254: Realização de Concurso Público para Servidores do Ministério Público

Quadro 5.4.5 Resumo da Ação

Título	1254: Realização de Concurso Público para servidores do Ministério Público			
Descrição:	Contratação de empresa especializada para realização do concurso público para servidores do Ministério Público.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Concurso realizado	Unidade	1	1	100%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 15.000,00	R\$ 131.580,00	R\$ 131.580,00	R\$ 131.580,00	100,00%

Conforme o previsto, foi realizado em 2010 Concurso Público para Analistas Ministeriais, com especialidade Jurídica, visando ao preenchimento de 37 (trinta e sete) vagas, o qual, apesar do grande número de inscritos, transcorreu em um prazo muito sucinto e não foi objeto de qualquer recurso ou deliberação de irregularidades.

Prova disso é que o primeiro edital foi publicado em 19/03/2010 e o resultado final do concurso já estava disponível no dia 25/05/2010, num período de apenas dois meses.

A grande atratividade, pode ser medida pela concorrência, mais de 50 candidatos por vaga, que é superior ao registrado pelas Universidades Públicas do Estado para o Curso de Direito.

5.4.6 Ação 1114: Estruturação e desenvolvimento do Setor de Tecnologia da Informação

Quadro 5.4.6 Resumo da Ação

Título	1114: Estruturação e desenvolvimento do Setor de Tecnologia da Informação			
Descrição:	Será desenvolvido no âmbito desta ação aquisição dos equipamentos e software, bem como, outras contratações inerentes ao desenvolvimento necessário da mesma, dentro da legalidade e com base na lei 8.666/93 .			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Setor de Tecnologia Estruturado e Desenvolvido	Percentual	20	10	50%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 520.000,00	R\$ 181.368,00	R\$ 174.308,52	R\$ 138.631,12	96,11%

Em 2010, a Procuradoria Geral de Justiça procurou solucionar as limitações tecnológicas impostas às áreas de atuação, para isso, foram solicitadas ao Departamento de Tecnologia da Informação sugestões para o desenvolvimento e implantação de novos Sistemas, visando atender às necessidades e demandas das áreas, bem como estabelecer indicadores operacionais e de desempenho.

O departamento também disponibilizou conexão com Internet para todas as Comarcas do Interior, sendo que as Comarcas de maior porte receberam link dedicado para melhor atender às Promotorias.

Aumentou-se, também, o tráfego de dados do link da Capital de 2mb para 10mb, afim de fornecer melhores serviços aos públicos interno e externo (Promotorias e

população).

Com o intuito de aprimorar a produtividade das atividades da Procuradoria-Geral de Justiça, o Departamento de Tecnologia da Informação efetuou a aquisição de novos equipamentos de informática, conforme relacionados a seguir:

Tabela 5.4.6.1 Equipamentos de Processamento de dados adquiridos em 2010.

Item	Descrição	Qtde.
01	Computadores	135
02	Monitor LCD	155
03	Nobreaks	140
05	Estabilizadores	46
06	Impressora a laser	40
07	Impressora multifuncional	56
08	Scanner profissional	10
09	Notebook	10
10	Coletor de dados	1
11	Netbook	2
12	Switch 48 portas 10/100/1000	6

Destacam-se, ainda, as diligências empreendidas para a sistematização dos pleitos de aquisição de material permanente na área de Tecnologia da Informação - TI, com enfoque especial na construção estratégica do processo de aquisição, visando a eficiência e economicidade de recursos.

Vale frisar que houve um corte em relação ao valor inicial desta ação, em virtude da necessidade de realização de investimentos em outras áreas, tais como obras e renovação da frota da instituição, todavia, não prejudicou o andamento desta ação, pois o desenvolvimento de novas ferramentas foi realizado pelo corpo técnico do Departamento de Tecnologia da Informação.

Importante, ainda, exaltar o aprimoramento da produtividade das áreas administrativas e finalísticas da Instituição por parte do Departamento de Tecnologia da Informação, que disponibilizou novos recursos e serviços tecnológicos.

Dentre as atividades diárias do setor de desenvolvimento de sistemas e banco de dados está a concepção de novos softwares e a manutenção de sistemas que já estão em utilização pela Procuradoria Geral de Justiça.

A equipe de programação buscou prover mecanismos, mediante o desenvolvimento de Sistemas ou de Métodos, para agilizar e dar segurança à execução das atividades tanto da área Administrativa (Athenas) quanto da área Fim (Arquimedes e Relatório de Atividades Funcionais - RAF). Para tanto a equipe da Sala de Programação contou com colaboradores de diversas áreas.

Atualmente, o foco principal da equipe vem sendo o desenvolvimento do Athenas, com a finalidade de montar um poderoso sistema administrativo que engloba diversos setores da administração pública.

Assim, apesar das dificuldades encontradas na implementação de rotinas e de padronização dos procedimentos, bem como a carência de pessoal e infraestrutura, foram desenvolvidos novos sistemas, conforme elencados abaixo:

5.4.6.1. Área de desenvolvimento de sistemas

5.4.6.1.1 Sistemas finalizados

Sistemas finalizados são aqueles que já estão em funcionamento, mas ainda recebem manutenções corretivas e adaptativas.

Nossos Sistemas estão sempre em continua evolução, sempre visando atender melhor os nossos usuários assim como se adequar a parâmetros, como legislação e realidade. Nos tópicos a seguir apresentamos os sistemas desenvolvidos na última gestão.

• Sistema de Recursos Humanos

Sistema que gerencia informações funcionais de todos os servidores e ex-servidores do Ministério Público, contendo informações como Posses, Exonerações e Publicações Oficiais.

A finalidade deste sistema é armazenar e garantir o acesso de informações da vida funcional dos nossos funcionários. Estas informações também são importantes

para que possamos prestar informações ao Controle Externo (Tribunal de Contas do Estado do Tocantins) do Ministério Público do Estado do Tocantins.

- Sistema de documentos eletrônicos

Software desenvolvido para realizar a tramitação eletrônica de documentos, que visa diminuir a tramitação de papel, promover agilidade no envio de documentos e informar o andamento de cada solicitação entre departamentos.

Ainda conta com um módulo especial para o departamento de Área de Protocolo Geral, pois este possui características distintas dos demais departamentos.

O planejamento deste software ainda tomou o cuidado para que o mesmo possa ser interligado a um sistema de Arquivamento, possibilitando, assim, a digitalização de todos os documentos que tramitam dentro do Ministério Público do Estado do Tocantins.

- Planejamento Estratégico

Este sistema foi desenvolvido para controle e acompanhamento dos objetivos, indicadores e projetos definidos no Planejamento Estratégico, sendo o suporte para análise de resultados.

- Audiência Pública

Sistema para cadastramento de opiniões colhidas em audiências públicas, com gerador de relatórios que propiciam agrupamento por municípios, regiões e áreas de atuação, facilitando assim a tomada de decisões.

- Relatórios Patrimoniais

Visando modernizar e já preparar os usuários para o Sistema Athenas, os relatórios do antigo sistema SISPAT, cedido pela SECAD, estão sendo reelaborados com o novo formato de relatórios. Este mesmo formato será utilizado no software de Gestão Patrimonial.

•Gestão de Contratos

Este sistema foi desenvolvido para auxiliar o acompanhamento dos contratos, tendo como foco o aviso antecipado do vencimento dos contratos, permitindo assim que a gestão do órgão possa tomar as providências devidas para a não suspensão das atividades prestadas pela contratada, caso seja necessário.

•Clima Organizacional

Módulo criado para suprir a demanda do planejamento estratégico em consolidar informações sobre a percepção dos servidores/membros e do público externo em relação ao Ministério Público do Tocantins e, diante destas, atacar as deficiências e preservar ou aprimorar as qualidades.

No entanto, para a concepção deste módulo, um subsistema foi desenvolvido para facilitar o desenvolvimento de módulos que necessitem de "questionários", como é o caso da APD - Avaliação Periódica de Desempenho - e o Estágio Probatório que futuramente serão desenvolvidos com o módulo do Athenas.

•Sistema da Ouvidoria

O Sistema de Ouvidoria provê uma linha direta entre a comunidade e o Ministério Público. Através dele qualquer pessoa, física ou jurídica, pode realizar algum tipo de manifestação como obter informações, esclarecer dúvidas, fazer reclamações, dar sugestões, fazer denúncias e acompanhar todo o trâmite de sua manifestação através de um número de protocolo gerado pelo módulo de protocolo do Athenas.

•Verificação de Autenticidade de Documentos

Este aplicativo permite verificar a autenticidade dos documentos armazenados no Sistema Athenas, de forma que o público externo pode verificar no site da instituição se um documento com assinatura do Gerenciador de Documentos Eletrônicos (GED) do Ministério Público é mesmo autêntico e confere com o que se encontra armazenado na bases de dados.

•Gestão de Férias para Membros e Servidores

O sistema de Gestão de Férias automatizará todos os processos relativos à

marcação, alteração e controle dos períodos aquisitivos e parcelas a serem usufruídas pelos colaboradores, sendo necessária uma mínima ou nenhuma interrupção manual em todo o processo, pois o sistema, além de suprimir a edição dos formulários utilizados atualmente, será integrado com o eDOCs e com a Folha de Pagamento.

- Novas funcionalidades e layout do Arquimedes

Mesmo com o foco principal no Athenas, a área Fim não foi esquecida. A equipe de programação, em visita técnica ao estado de Pernambuco, trouxe uma série de modificações para o Arquimedes que atualmente estão sendo estudadas para serem aplicadas. Paralelo a isso, está sendo implantada a comunicação com Tribunal de Justiça, cuja finalidade é diminuir o trabalho dos cartórios e facilitar a implantação do Arquimedes no interior do estado.

Sistema de Gestão de Autos - SGA implantado desde 2007. Este software foi desenvolvido pelo Ministério Público do Pernambuco e cedido por meio de um Termo de Cooperação Técnica.

A equipe do MPE é responsável pelo suporte e adequações necessárias ao seu pleno funcionamento.

Foram implementadas as seguintes funcionalidades:

I.Distribuição proporcional para cargos;

II.Integração MP/TJ possibilitando a importação dos processos a partir da base de dados do Tribunal de Justiça do Tocantins;

III.Correção de falhas e definição de validações para o cadastro de afastamentos de membros, com a viabilização do retorno automático ao término deste período, resultando em maior excelência na distribuição de processos; e

IV.Criação da cortina de Histórico de Entradas do Processo.

- Controle Bibliotecário

O sistema de controle bibliotecário online, permite gerenciar acervos, reservas, empréstimos e devoluções, com ou sem aplicação de multas por perdas e

atrasos.

- Moodle – Curso a distância

O sistema Moodle permite realizar capacitações e treinamentos de membros e servidores através da WEB, com aplicação de conteúdos objetivos ou subjetivos, vídeo-aula, documentos e aplicação de avaliações.

- Portal da Transparência

O sistema permite administrar, de forma independente por cada departamento envolvido, todo o conteúdo das informações que vão para o Portal da Transparência, na WEB.

- Concurso

O sistema permite administrar toda publicação no site, referente a concursos realizados para o MPE-TO.

- Net Office

O sistema permite gerenciar todos os projetos da área de TI, definindo as equipes envolvidas, além de publicar o andamento na intranet para que o servidor e membro acompanhe as atividades e solicitações.

- CESAF

Sistema para gerir e controlar a capacitação de todos os membros e servidores, adicionando as informações automaticamente ao dossiê dos membros e servidores.

- Cadastro online de servidores e membros

Sistema para efetuar cadastros online de membros e servidores para participarem de atividades desenvolvidas.

5.4.6.2 Em desenvolvimento ou em homologação

São aqueles sistemas que ainda não estão em funcionamento, mas estão sendo estudados e em desenvolvimento.

- Folha de Pagamento

Utilização de software desenvolvido para modernizar e sanar deficiências do sistema de Folha de Pagamento disponibilizado pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Um dos grandes ganhos deste novo sistema é a inserção do Controle Interno, que agora pode verificar o desenvolvimento de cada folha de pagamento sem interromper o trabalho que está sendo desenvolvido pela área de Recursos Humanos na Folha de Pagamento.

- Novo visual para Site da Instituição

Foi construído de acordo com as recomendações da W3C (World Wide Web Consortium), que é o órgão que regulamenta as normas sobre assuntos relacionados à Internet. Neste novo *layout* foram utilizadas, além das recomendações da W3C, técnicas e tecnologias modernas que permitem uma melhor apresentação do conteúdo e facilitam o acesso das informações por meio de mecanismos de buscas como o Google ou Yahoo Search.

- Sistema de Gerenciamento Patrimonial

Este sistema modernizou e deu mais agilidade ao departamento de patrimônio, uma vez que o sistema vem sendo planejado para colher informações de diversos setores, como Licitação e Compras, visando dar maior segurança ao processo de aquisição de bens.

Mas o sistema também está sendo planejado para permitir que os gestores tenham acesso às informações e a bens sob sua responsabilidade, em tempo real.

- Avaliação Periódica de Desempenho

O módulo de APD automatizará um processo que hoje é executado manualmente, à base de papel e questionário. A avaliação ocorre uma vez ao ano para os servidores efetivos estabilizados. O desenvolvimento do módulo levará a uma economia de papel, além de possibilitar a elaboração de um histórico digital de todas as avaliações do servidor que pode ser usado na geração de relatórios estatísticos gerenciais sobre os pontos positivos e negativos de cada servidor e avaliar em que aspectos o Planejamento Estratégico pode contribuir para desenvolver melhor as habilidades dos seus

colaboradores.

- Reestruturação do Gestor de Servidores

Atualização de funcionalidades e interface do Gestor de Servidores. Esta modificação está sendo realizada para reunir o cadastro/alteração de informações em local comum e assim proporcionar melhor organização de trabalho.

Algumas funcionalidades também foram modificadas para se enquadrar na realidade da Instituição e do Departamento de Recursos Humanos.

- Gestor de Conteúdo para Web

Este módulo faz parte do projeto de reestruturação dos sítios web do Ministério Público. Atualmente o projeto encontra-se em fase inicial e tem como finalidade fornecer total controle sobre os conteúdos publicados em todos os sítios web deste Ministério, de forma simples e integrada. Possibilita melhorar o controle sobre os conteúdos publicados na internet e substituir o atual gestor de conteúdo, que não atende à demanda atual.

- Humanização do Sistema Athenas

Este projeto não é um simples software, mas um conjunto de conceitos e premissas que visam sempre atender melhor o usuário final. É guiado por uma pessoa externa à área de desenvolvimento, pois tem a missão de criticar de forma construtiva o trabalho realizado por esta equipe.

Tais sistemas irão permitir ao Ministério Público um salto de qualidade, tanto na captação de suas informações técnicas como também na tomada de decisões por parte da Administração Superior, que passará a ter informações precisas sobre diversas áreas de atuação.

6. PROGRAMA 0195: Apoio administrativo

6.1 APRESENTAÇÃO

DENOMINAÇÃO:	APOIO ADMINISTRATIVO	
Objetivo	Prover os órgãos da Procuradoria-Geral de Justiça dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.	
Público-Alvo	Membros, Servidores e Sociedade tocantinense	
Dotação Orçamentária	Inicial: R\$ 75.993.169,00	Autorizado: R\$ 76.417.522,00

6.2 INDICADORES

Quadro 6.2 Indicadores do Programa de Apoio Administrativo

Nome do indicador	Meta 2010	Resultado 2010	Meta 2011
Rotatividade	4,00%	23,90%	3,50%
Pesquisa de satisfação do clima organizacional	65,00%	59,00%	68,00%
Número de ações internas voltadas para a melhoria do clima organizacional	5	12	8
Adequação da comunicação interna	33,00%	-	66,00%
Adequação da infraestrutura tecnológica	15,00%	15%	15,00%
Adequação da infraestrutura física	15,00%	15%	15,00%
Percentual de sistemas integrados	51,00%	51%	54,44%
Participação orçamentário-financeira	2,35%	2,35%	2,95%

6.3 RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Figura 6.2 Distribuição das principais despesas do Programa de Apoio administrativo (exceto ação de Manutenção de Recursos Humanos).

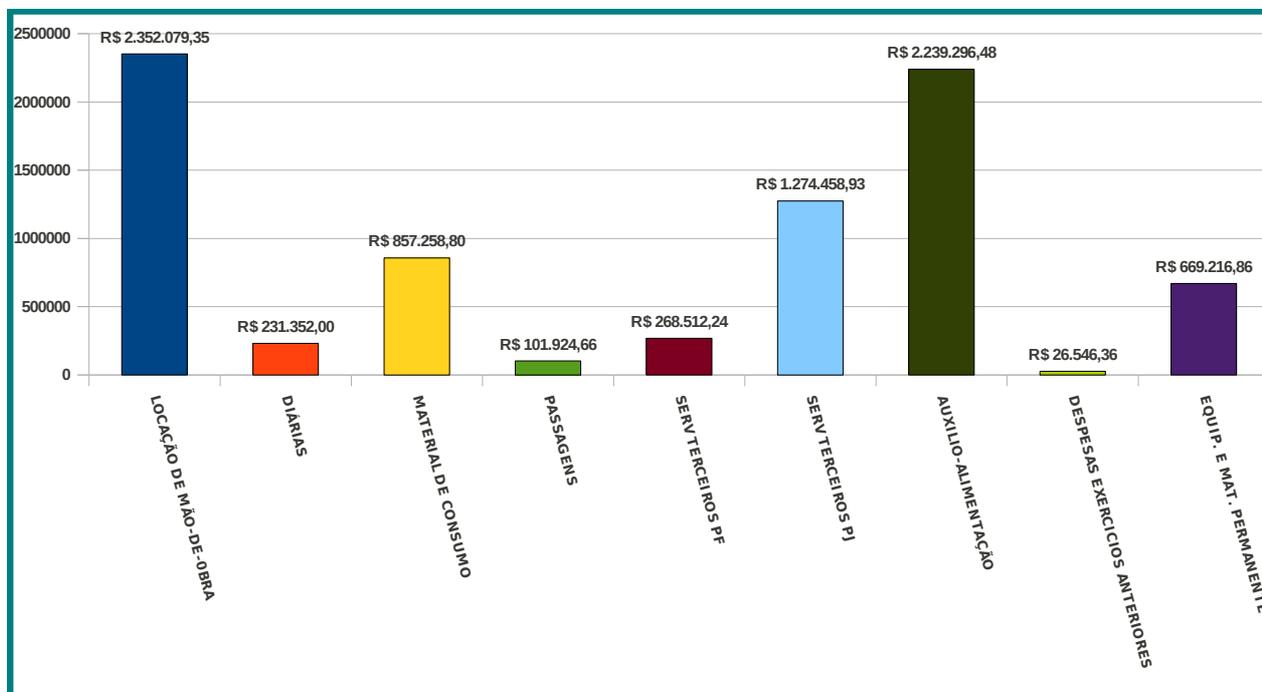


Tabela 6.2.1 Alterações orçamentárias

(Apenas as alterações que alteraram o resultado orçamentário da ação e tiveram parecer favorável da SEPLAN)

COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS – 2001					
El. Despesa	Origem(caso de Suplementação) Destino(caso de Cancelamento)	Suplementação	Cancelamento	Data	Saldo Final
3.2.90.21	2001	44.821,00	0,00	10/03/10	44.821,00
4.6.90.71	2001	131.740,00	0,00	10/03/10	131.740,00
3.3.90.30	2001	0,00	44.821,00	10/03/10	-44.821,00
4.4.90.52	2001	0,00	131.740,00	10/03/10	-131.740,00
3.3.90.39	1254	0,00	200.000,00	10/03/10	-200.000,00
4.4.90.52	2002 e 1254	0,00	9.000,00	22/03/10	-9.000,00
3.3.90.39	2003	0,00	35.000,00	12/04/10	-35.000,00
3.3.90.37	6012	0,00	140.000,00	02/08/10	-140.000,00
3.3.90.39	6012	0,00	85.450,00	02/08/10	-85.450,00
4.4.90.52	1114	200.000,00	0,00	10/08/10	200.000,00
4.4.90.52	1114	10.000,00	0,00	03/11/10	10.000,00
4.4.90.52	1128 e 1114	49.879,00	0,00	16/10/10	49.879,00
4.4.90.52	2003	4.121,00	0,00	16/10/10	4.121,00
3.3.90.37	1128	0,00	160.610,00	16/11/10	-160.610,00

Tabela 6.2.1 Alterações orçamentárias

(Apenas as alterações que alteraram o resultado orçamentário da ação e tiveram parecer favorável da SEPLAN)

3.2.90.21	----	0,00	44.821,00	30/11/10	-44.821,00
3.3.90.15	----	0,00	1.370,00	30/11/10	-1.370,00
3.3.90.30	----	0,00	9.025,00	30/11/10	-9.025,00
3.3.90.33	----	0,00	89.140,00	30/11/10	-89.140,00
3.3.90.36	----	0,00	13.128,00	30/11/10	-13.128,00
3.3.90.37	----	0,00	58.463,00	30/11/10	-58.463,00
3.3.90.39	----	0,00	385.192,00	30/11/10	-385.192,00
3.3.90.41	----	0,00	200,00	30/11/10	-200,00
3.3.90.46	----	0,00	66.334,00	30/11/10	-66.334,00
3.3.90.47	----	0,00	6.497,00	30/11/10	-6.497,00
3.3.90.92	----	0,00	6.553,00	30/11/10	-6.553,00
3.3.90.93	----	0,00	1.000,00	30/11/10	-1.000,00
4.6.90.71	----	0,00	131.740,00	30/11/10	-131.740,00
TOTAL					-1.179.523,00

MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE – 2002					
El. Despesa	Origem(caso de Suplementação) Destino(caso de Cancelamento)	Suplementação	Cancelamento	Data	Saldo Final
3.3.90.30	6012	0,00	55.070,00	22/03/10	-55.070,00
3.3.90.36	6012	0,00	3.000,00	22/03/10	-3.000,00
3.3.90.39	6012	0,00	52.026,00	22/03/10	-52.026,00
3.3.90.47	6012	0,00	9.678,00	22/03/10	-9.678,00
4.4.90.52	2001	5.000,00	0,00	22/03/10	5.000,00
TOTAL					-114.774,00

MANUTENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS – 2004					
El. Despesa	Origem(caso de Suplementação) Destino(caso de Cancelamento)	Suplementação	Cancelamento	Data	Saldo Final
3.1.90.11	----	1.095.770,00	0,00	16/11/10	1.095.770,00
3.1.91.13	----	250.000,00	0,00	16/11/10	250.000,00
3.1.91.92	----	60.840,00	0,00	16/11/10	60.840,00
3.1.90.92	----	360.000,00	0,00	16/11/10	360.000,00
TOTAL					1.766.610,00

AÇÕES DE INFORMATICA – 2003					
El. Despesa	Origem(caso de Suplementação) Destino(caso de Cancelamento)	Suplementação	Cancelamento	Data	Saldo Final
4.4.90.52	----	9.000,00	0,00	14/01/10	9.000,00
3.390.39	2001	35.000,00	0,00	12/04/10	35.000,00
4.4.90.52	2001	0,00	4.121,00	16/10/10	-4.121,00
3.3.90.14	----	0,00	13.000,00	30/11/10	-13.000,00
3.3.90.30	----	0,00	298,00	30/11/10	-298,00
3.3.90.36	----	0,00	2.500,00	30/11/10	-2.500,00
3.3.90.39	----	0,00	71.541,00	30/11/10	-71.541,00
3.3.90.47	----	0,00	500,00	30/11/10	-500,00
TOTAL					-47.960,00

6.3 AÇÕES

6.3.1 Ação 2001: Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais

Quadro 6.3.1 Resumo da Ação

2001 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais				
Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 8.850.709,00	R\$ 7.671.186,00	R\$ 7.303.798,43	R\$ 6.663.772,70	95,21%

Visando aprimorar a administração, o Departamento Administrativo e Comissão de Licitação procuraram alocar rigorosamente as despesas planejadas no Plano Plurianual, assim como, obedeceram toda a legislação que regulamenta a execução orçamentária das entidades públicas estaduais. A Comissão tem pautado os seus atos nos preceitos legais e na observância aos princípios Constitucionais que regem a Administração e as licitações públicas, almejando sempre a aquisição e contratação de bens e serviços que atendam às exigências deste Órgão, com ênfase na busca contínua pela proposta mais vantajosa para a administração, tanto econômica quanto qualitativamente.

Destacamos, ainda, que é missão e compromisso desta Comissão atuar sempre com transparência, integridade, isonomia, respeito e ética na condução dos procedimentos licitatórios, com vistas ao alcance pleno do interesse público.

Vale lembrar que todas as licitações e contratos realizados pela Procuradoria Geral de Justiça são publicados no site da Instituição (www.mp.to.gov.br), Portal da Transparência, bem como nos demais meios de publicação previstos em lei, podendo qualquer pessoa acessar os editais e as atas de Registro de Preços, na íntegra, por meio do *link* aviso de licitação.

No decorrer do ano de 2010, foi verificada uma economicidade no preço final de bens e serviços realizados mediante a modalidade pregão. Isto não seria possível por meio de licitações tradicionais, o que evidencia o empenho dos servidores públicos que

atuam como pregoeiros e equipe de apoio deste órgão, bem como o respaldo da Assessoria Jurídica e Controle Interno, garantindo a observância dos princípios legais e a escolha de propostas mais vantajosas para a Administração.

O Sistema de Registro de Preço vem sendo bastante utilizado, pela vantajosidade econômica e rapidez nas aquisições, com a eliminação de licitações contínuas de bens e serviços semelhantes.

No tocante à Comissão Permanente de Licitação (CPL), compete-lhe promover as licitações, celebrar os contratos, convênios e as demais avenças de interesse da Instituição, adotando as providências que a legislação estabelece, tais como a publicação de avisos de licitação, extratos dos instrumentos convocatórios, dos ajustes, de dispensa e inexigibilidade de licitação, e exame dos recursos interpostos.

Ao final do referido exercício, apurou-se o quantitativo conforme o quadro abaixo:

Quadro 6.3.1.1 Procedimentos Licitatórios, Dispensas, Inexigibilidades e outros.

Modalidade	Quantidade de processos atuados
Convite	0
Concorrência	3
Pregão Presencial	41
Pregão Eletrônico	09
Dispensa de Licitação	136
Não Aplicável	0
Suprimento de Fundos	4
Inexigibilidades	16
TOTAL	209

O valor dos procedimentos de suprimento de fundos (empenhado R\$ 40.000,00 / aplicado R\$ 17.419,16) serviu apenas para aquelas despesas de caráter emergencial, que por seu pequeno percentual em relação ao orçamento total do órgão, não interferiu no desempenho e economicidade das aquisições.

Ao longo do exercício, a Comissão realizou 53 procedimentos licitatórios, a saber: 50 pregões, sendo 09 (nove) na modalidade eletrônica, 41 (quarenta e um) presencial e 03 (três) concorrência, que resultaram em contratações no montante de R\$

6.758.832,32, ou seja, 21,24% inferior à estimativa das despesas, que era de R\$ 8.482.825,80, o que representa uma economicidade de R\$ 1.801.993,49, conforme quadro abaixo:

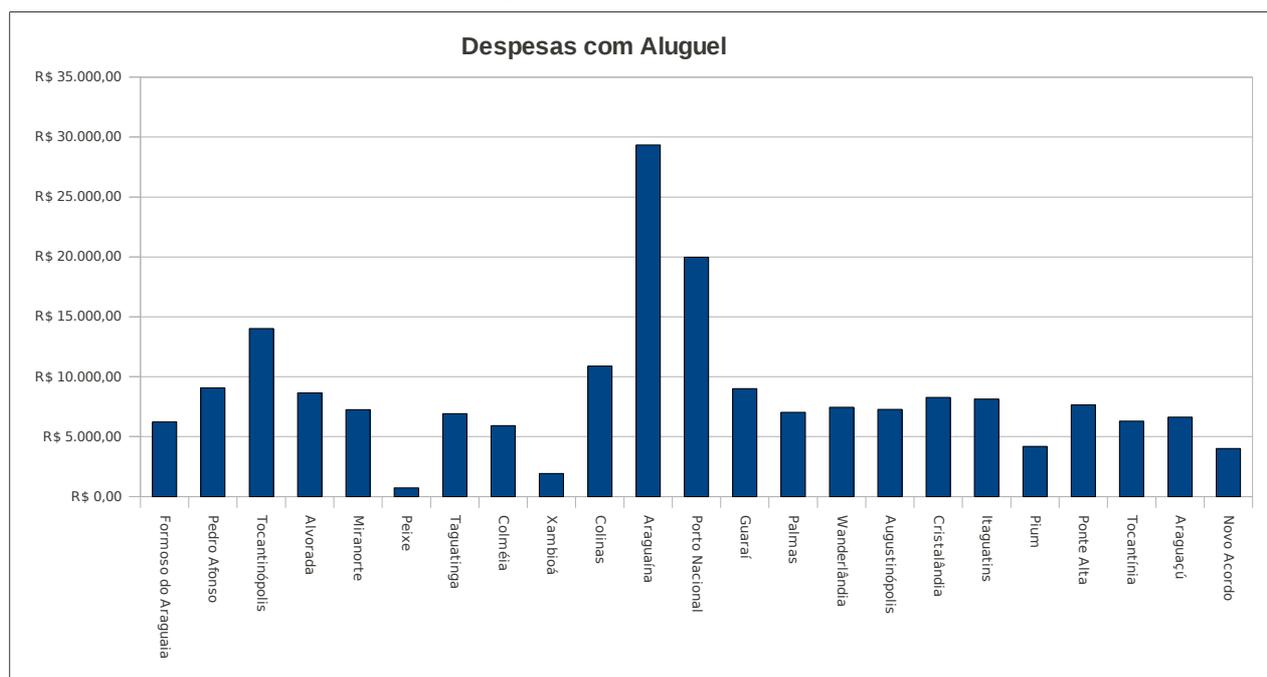
Quadro 6.3.1.2 Montante Total Licitado

Modalidade	Estimado	Valor Final	Economia	%Economia
Pregão Presencial	6.557.821,55	4.903.108,58	1.741.712,97	26,56
Pregão Eletrônico	503.667,05	323.027,19	180.639,86	35,86
Concorrência	1.421.337,20	1.532.696,55	-120.359,34	-8,52
TOTAL	8.482.825,80	6.758.832,32	1.801.993,49	21,24

Na presente ação foram destinados recursos para manter a infra estrutura necessária, objetivando o cumprimento das obrigações da Procuradoria Geral de Justiça. Dentre elas destacamos: a segurança física e patrimonial das instalações; a limpeza e conservação das Promotorias e Sede; a manutenção predial dos imóveis; o apoio administrativo e operacional (terceirizados); a manutenção dos equipamentos; a energia elétrica; a telefonia fixa e móvel; locação de imóveis e as publicações em geral.

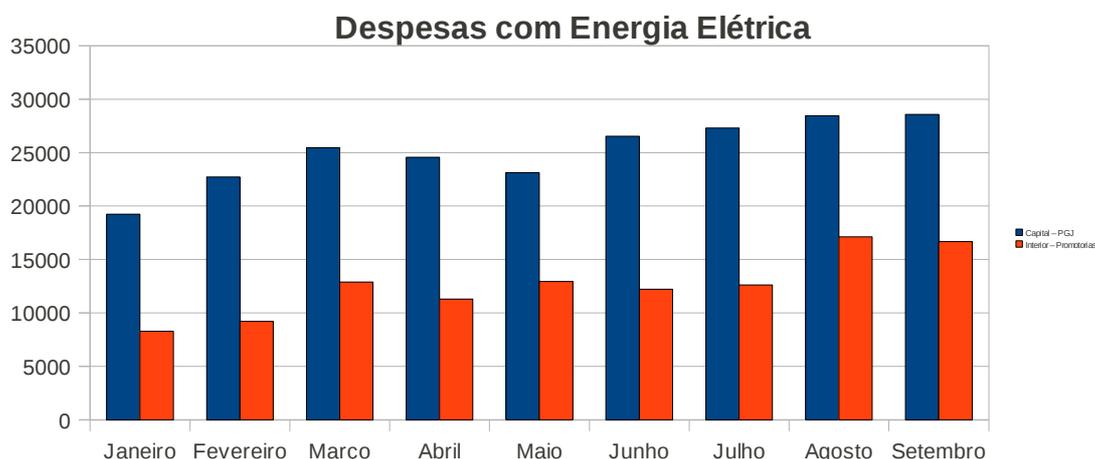
Em relação às despesas com locação de imóveis, houve um crescimento acentuado, em virtude da saída de diversas Promotorias das dependências dos Fóruns para sede alugada, movimento que tende a aumentar com a inauguração de novos Fóruns no decorrer do ano de 2011.

Gráfico 6.3.1. Despesas com Locação de imóveis.



Quanto aos serviços de energia elétrica, tais despesas tiveram elevação considerável 57,8% se comparadas com ano de 2009, provavelmente fruto da expansão institucional, principalmente com a inauguração de novas sedes e com a mudança de Promotorias que funcionavam nos Fóruns e passaram a dispor de sede própria, locada, além da variação normal no decorrer do ano.

Gráfico 6.3.2 Despesas com Energia Elétrica



Além dessas despesas, os serviços de telefonia são essenciais à operacionalização dos serviços públicos prestados pelo Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE) e Promotorias do Interior, proporcionando agilidade e qualidade no atendimento aos públicos interno e externo, e em especial às necessidades gerais deste Ministério.

Quadro 6.3.1.3 Despesa Telefonia

Serviços de telefonia				
	PGJ/TO - GO	INTERIOR - GO	INTERIOR - DF	MÓVEL
	63 3216 7500	63 3312 1369	63 3653 1077	63 8401 3477
Janeiro	4.556,04	17.864,92	1.548,69	2.342,59
Fevereiro	7.923,60	14.330,80	1.418,06	2.980,57
Março	6.963,92	15.892,08	1.561,83	2.765,63
Abril	7.558,94	15.976,46	1.482,35	2.819,72
Maió	9.390,29	15.745,42	1.769,95	2.133,78
Junho	9.137,42	16.553,91	1.515,63	2.583,08
Julho	9.301,29	17.326,51	1.718,71	2.256,32
Agosto	9.347,43	15.994,75	1.824,08	4.898,47
Setembro	10.105,12	16.720,02	1.733,98	2.751,06
Outubro	8.346,82	17.373,12	1.675,80	2.719,97
Novembro	8.226,21	16.186,81	2.178,34	11.598,06
Dezembro	9.433,52	16.246,12	1.497,00	3.211,31
Sub-total	100.290,60	196.210,92	19.924,42	43.060,56
Total Geral	359.486,50			

Além das informações acima relacionadas, o apoio administrativo contempla duas atividades de importância singular para a instituição, uma diz respeito à contratação de mão-de-obra terceirizada para os serviços de Limpeza, Manutenção, Conservação, Jardinagem, Serviços Gerais e Portaria, que em Dezembro de 2010 tinha um total contratado de 49 funcionários, a um custo mensal de R\$ 118.089,68; a outra contratação para os serviços de Vigilância Armada, que é uma demanda surgida no Planejamento Estratégico da Instituição, como forma de dar maior ênfase a Segurança Institucional de Membros e Servidores, tinha, em dezembro de 2010, um total de 28 vigilantes em postos noturnos e 08 em postos diurnos.

Somadas, as duas contratações totalizaram uma despesa de R\$ 2.352.079,35 durante o exercício de 2010, sendo que, para 2011, já estão previstos novos postos de segurança armada e de serviços gerais, que serão preenchidos na medida da disponibilidade orçamentária.

O uso das informações gerenciais contidas neste item proporciona realizar análises comparativas entre o resultado planejado e o realizado e, conseqüentemente, verificar o grau de evolução da gestão. Nesse sentido, é necessário que seja desenvolvido um sistema gerencial no Departamento Administrativo desta Procuradoria, de forma a permitir gerenciar todas as etapas do processo administrativo, as atividades relacionadas à fiscalização e mensuração dos investimentos, bem como o processamento dos Relatórios Demonstrativos de Despesas, a fim de auxiliar a tomada de decisões nos três níveis: estratégico, tático e operacional.

A geração e o fornecimento de informações sob medida para os departamentos, substancialmente, o de Planejamento e Gestão, são extremamente consideráveis, pois tais informações são fontes dos dados necessários para subsidiar o planejamento estratégico da instituição. Assim como acontece em outras instituições, o Departamento Administrativo também necessita de um sistema de gestão que atenda às suas particularidades.

6.3.2 Ação 2002: Manutenção dos Serviços de Transporte

Quadro 6.3.2 Resumo da Ação

Título		2002 – Manutenção dos Serviços de Transporte		
Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 485.500,00	R\$ 370.726,00	R\$ 364.528,62	R\$ 341.859,17	98,33%

Atualmente, a Procuradoria-Geral de Justiça possui uma frota de 42 veículos, nas categorias de transporte de passageiros, utilitários, caminhões e motocicletas, alocados nas diversas unidades desta Instituição. O controle de manutenção desta frota é realizado através de sistema informatizado, possibilitando manter e atualizar todos os registros pertinentes a cada veículo, contendo sua identificação, localização, consumo e gastos com manutenção.

A utilização desta ferramenta de gestão viabiliza não só o efetivo controle, como também a produção de relatórios gerenciais, fundamentais para a administração, são fornecidas, também, orientações para todas as Promotorias quanto aos procedimentos e exigências de ordem legal para a utilização dos veículos e o atendimento aos membros e servidores.

A dotação orçamentária autorizada para manutenção de transportes no ano de 2010 foi de R\$ 370.726,00, dos quais cerca de R\$ 166.574,27 referem-se ao pagamento de combustíveis (álcool, gasolina e diesel), derivados e peças, R\$ 79.595,00 relativos a diárias, para manter as atividades regulares da Instituição. Entretanto, mesmo com a política de controle de gastos efetivada pela gestão ao longo do exercício, a Instituição não conseguiu reduzir os gastos com manutenção da frota.

Vale destacar que tal fato foi influenciado pelo desgaste de parte da frota, contribuindo para um aumento das despesas com manutenção. Assim, do limite estabelecido, executou-se 98,33%.

Outro fato que contribuiu para o aumento de despesa com manutenção foi a implementação do Projeto “Planejamento estratégico 2010-2018”, que demandou o

deslocamento de servidores e membros a outros municípios, visando à realização de audiências e reuniões com a sociedade.

Quadro 6.3.2.1 Frota de veículos MPE-TO

VEÍCULO	PLACA	ANO/MODELO	LOCAL
ASTRA	MWA-1149	2005/2006	SEDE
RANGER XLT	MXG-8010	2007/2008	PGJ
ASTRA	MWA-1159	2005/2006	SEDE
ASTRA	MVY-1442	2005/2006	PGJ
CLIO	MWE-3615	2005/2005	SEDE
CLIO	MWD-2228	2005/2005	SEDE
CLIO	MVY-2201	2005/2005	SEDE
CLIO	MVY-2211	2005/2005	SEDE
CLIO	MVY-2231	2005/2005	SEDE
CLIO	MVY-3902	2005/2005	SEDE
CLIO	MWE-3605	2005/2005	SEDE
CLIO	MVX-3536	2005/2005	SEDE
CLIO	MVX-3546	2005/2005	SEDE
VOLLARE	MVR-9524	2002/2002	SEDE
PARATI	MWD-6184	2006/2006	CORREGEDORIA
CORSA 1.6	MWD-6940	2001/2002	MIRANORTE
CORSA 1.6	MWD-6910	2001/2002	ARAGUATINS
CORSA 1.6	MWD-6920	2001/2002	MIRACEMA
CORSA 1.6	MWD-6980	2001/2002	ADMINISTRATIVO
CORSA 1.6	MWD-6990	2001/2002	DIANÓPOLIS
CORSA 1.6	MWB-6940	2001/2002	INATIVO
FIESTA	MXG-9020	2007/2008	INTELIGÊNCIA
FIESTA	MXG-8020	2007/2008	PORTO NACIONAL
FIESTA	MXG-8040	2007/2008	GURUPI
FIESTA	MXG-8050	2007/2008	ARAGUAÍNA
FIESTA	MXG-8090	2007/2008	PARAÍSO
CG 150 JOB	MWH-0961	2007/2007	GUARAÍ
CG 150 JOB	MWH-0812	2007/2007	TOCANTINÓPOLIS
CG 150 JOB	MWH-0832	2007/2007	PROTOCOLO
CG 150 JOB	MWH-0963	2007/2007	PEDRO AFONSO
CG 150 JOB	MWI-1307	2007/2007	PORTO NACIONAL
CG 150 JOB	MWL-9208	2007/2007	SEDE
CG 150 JOB	MWL-9228	2007/2007	ARAGUAÍNA
CG 150 JOB	MWL-9188	2007/2007	SEDE
FORD - F 350	MWQ-9397	2009/2009	SEDE

FORD RANGER	MWY-6100	2008/2009	MEIO AMBIENTE
FIAT SIENA	MWY-6110	2008/2009	GECOC
FIAT SIENA ELX	MXG-3014	2010/2011	SEDE
FIAT SIENA ELX	MXG-3114	2010/2011	SEDE
FIAT SIENA ELX	MWA-8957	2010/2011	SEDE
TOYOTA HILUX	SEM EMPLACAMENTO	2010/2011	SEDE
CARRETA REBOQUE	MXG-9010	2007/2007	

6.3.3 Ação 2003: Ações de Informática

Quadro 6.3.3 Ações de Informática

2003 - Ações de Informática				
Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada(B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 556.000,00	R\$ 508.040,00	R\$ 444.865,32	R\$ 357.186,73	87,57%

Em 2010, foram atendidas 2.111 solicitações relacionadas à estrutura tecnológica da Procuradoria Geral de Justiça, destacando-se 2.062 somente na Sede, enquanto nas Promotorias do interior do Estado, somou o montante de 49 atendimentos.

Além disso, a rede foi toda reestruturada para melhorar a segurança e a integridade dos dados. Foram implantadas, também, políticas de segurança e novos serviços em nossos servidores de rede, possibilitando, assim, uma maior segurança contra vírus, invasões e perda de informações e um melhor controle de nossa estrutura.

Na busca de aprimoramento da produtividade e manutenção das áreas de TI, o Departamento de Tecnologia da Informação desta Procuradoria Geral de Justiça disponibilizou novos recursos e serviços tecnológicos, conforme relacionado abaixo:

- Realização de testes para implantação de uma rede VOIP (Voz sobre IP) para rede do MPE-TO, visando utilizar a infraestrutura para tráfego de dados, áudio (voip) e vídeo (videoconferência);

- Testes de viabilidade de implantação do servidor VOIP Asterisk e integração do mesmo com o servidor ldap (base de dados e autenticação);

- Configuração das VLAN's na infraestrutura de Switches;

- Instalação e configuração de ambiente para virtualização (VMWARE ESXi 4.0);

- Instalação e configuração de servidores FIREWALL e DHCP nas comarcas de

Araguaína e Gurupi;

- Instalação e configuração de roteador interno em substituição ao 3COM H3C, que apresentava delay no acesso interno à rede;
- Instalação e configuração de um servidor local de atualização (repositório de atualizações) dos Sistemas Operacionais das estações de trabalho;
- Reinstalação e configuração da ferramenta IBM Storage Manager para gerenciamento do Storage DS3200 para armazenamento de backups;
- Instalação e configuração do servidor de backup BACULA com interface de gerenciamento web;
- Estudo de alternativas para implantação de autenticação de rede com utilização de chaves criptográficas (Kerberos) visando aumento da segurança na autenticação dos usuários;
- Estudo para migração do servidor de arquivos Samba para NFS visando sanar incompatibilidades apresentadas pelo servidor Samba;
- Alteração da estrutura de rede da sede do MPE-TO deixando de utilizar a estrutura do Governo Executivo para utilização de link próprio e dedicado para acesso à Internet, e acesso externo à página WEB, e aos sistemas do MPE-TO;
- Instalação e configuração do Servidor de Nomes Externo (DNS), assumindo o controle do domínio “mp.to.gov.br”;
- Instalação e configuração do sistema de controle de banda visando uma melhor distribuição e controle do link de acesso à Internet.
- Reconfiguração do servidor de cache, aumentando a capacidade de armazenagem dos objetos para reduzir o tempo de resposta e utilização da conexão.
- Instalação e configuração do sistema (SARG) para geração de relatórios dos acessos de usuários à internet;
- Desenvolvimento do sistema para monitoramento da rede, servidores e links da capital e interior, via web;
- Reinstalação dos servidores srvsmb, srvbd, bacula, athenas, srvvmware02/srvwin, atualizando e buscando uma melhor adequação e distribuição entre os sistemas e os equipamentos de hardware disponíveis;
- Instalação e configuração do servidor de arquivos na Promotoria de Araguaína;
- Estudo para implantação de filtro anti-spam no servidor de e-mails do MPE-TO (Aguardando momento oportuno para colocar em produção);
- Configuração das estações clientes para montagem dos compartilhamentos da rede automaticamente;
- Reorganização da Rack dos Servidores e do cabeamento do mesmo;

- Modificações na base de dados das contas de usuário e grupos para integração do email e LDAP;
- Instalação e configuração do novo servidor web (Upgrade de Sistema Operacional Debian 5 64 bits);
- Atualização do servidor de páginas web Apache para versão 2.2.9, PHP5 versão 5.2.6 e InstantClient (ORACLE) 11.1.0.7.0
- Implementação de segurança via ssh no servidor web (Acesso somente por usuário e grupo específico);
- Instalação e Configuração do novo Servidor de Arquivos da rede (Atualização do SO para Debian 5 64 bits);
- Implementação de Agregação de Links no novo Servidor de Arquivos e diretórios, para maior disponibilidade do Serviço na Rede;
- Estruturação das regras de Firewall (firewall de borda);
- Certificação da infraestrutura de rede e telefonia do MPE-TO;
- Instalação e configuração de um servidor Proxy com autenticação por usuário/grupo na base de dados do LDAP;
- Instalação e configuração de um servidor de DNS (interno e externo) para o domínio mp.to.gov.br (em homologação);
- Instalação e configuração de máquinas virtuais para hospedagem do sistema interno PGJADMIN;
- Instalação e implantação da ferramenta IBM Storage Manager para gerenciamento do Storage DS3200;
- Estudos de mecanismos de segurança para acesso aos sistemas internos do MPE-TO através da Internet (SSL);
- Estudo do software coletor de informações CACIC para gerenciamento do parque computacional do MPE-TO;
- Ampliação das memórias RAM dos servidores de redes;
- Virtualização de servidores.

6.3.3 Ação 2004: Manutenção de Recursos Humanos

Quadro 6.3.4 Resumo da Ação

Título	2004 - Manutenção de Recursos Humanos			
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 66.100.960,00	R\$ 67.867.570,00	R\$ 67.776.329,26	R\$ 67.776.329,26	99,87%

Fonte: RH

Em dezembro de 2010, a Procuradoria Geral de Justiça contava com o efetivo de 546 profissionais, sendo que 19 componentes de seu quadro encontravam-se cedidos a diversos órgãos da Administração, em sua maioria no âmbito estadual, e 85 profissionais terceirizados dedicados ao desenvolvimento de atividades de prestação de serviços, compondo o seu quadro interno.

Conforme pode ser observado no quadro a seguir, hoje, 192 dos profissionais ocupam o cargo de Analista e 176, de Técnico, fato que denota a forte concentração de mão-de-obra com especialização (analista) e qualificação (técnico) para alcance das atividades operacionais auxiliares.

O Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento engloba a administração de pessoal, envolvendo os processos de pagamento, cadastro e desenvolvimento de pessoas, capacitação, seleção de estágio e promoção da qualidade de vida dos servidores.

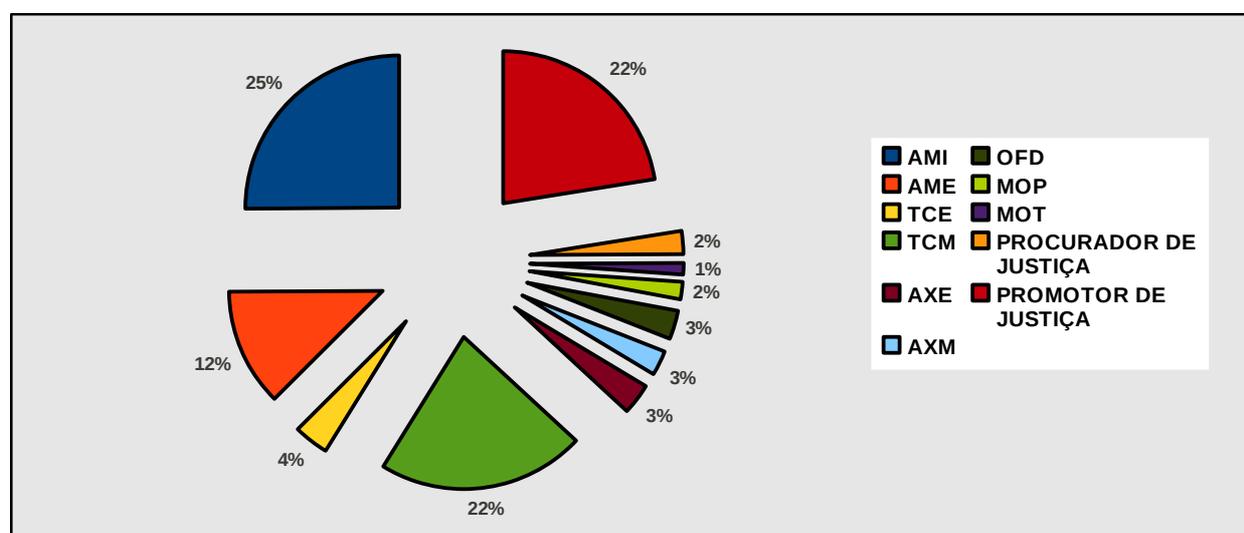
Ao quadro efetivo, foram incorporados, durante o ano de 2010, 112 (cento e doze) novos cargos, preenchidos no decorrer do exercício nas diversas áreas funcionais, conforme demonstrado:

Quadro 6.3.4.1 Resumo de membros e servidores do Ministério Público.

Nível Funcional	Existente 31/12/09	Movimentação				Existente 31/12/10
		Nomeados	Exonerados	Aposentados/fa lecidos	Cedidos/ Licenciados	
Procuradores	12	0	0	0	0	12
Promotores	103	13	5	1	0	110
Servidores	319	89	21	0	19	387
Comissionados	35	4	1	0	0	38
Requisitados	13	6	1	0	0	18
TOTAL	482	112	28	1	19	546

Fonte: Folha de Pagamento. *(inclusive cedidos e afastados)

Gráfico 6.3.4.1 Distribuição dos cargos



Quadro 6.3.4.2 Carreira de Apoio - Posição: 31/12/2010

Nível Funcional	Existente	Em atividade (Promotorias e Procuradoria Geral)
AMI – Analista Ministerial	126	123
AME – Analista Ministerial Especializado	66	61
TME – Técnico Ministerial Especializado	18	18
TCM – Técnico Ministerial	116	107
AXE – Auxiliar Ministerial Especializado	18	16
AXM – Auxiliar Ministerial	13	13
OFD – Oficial de Diligências	15	15
MOP – Motorista Profissional	9	9
MOT - Motorista	6	6
TOTAL	387	368

Fonte: Folha de Pagamento. *(inclusive cedidos e afastados)

A promoção do ambiente seguro e saudável é de fundamental importância para que os servidores possam desempenhar suas atividades com excelência. Nesse aspecto, o Ministério Público incentiva e oferece oportunidades deprimas pela participação de todos os servidores na identificação de fatores que interferem na sua qualidade de vida e no seu nível de satisfação.

A Procuradoria Geral de Justiça vem pautando suas ações na gestão de pessoas, visando cumprir sua missão de protetor dos direitos indisponíveis. Com essa visão, o posto de saúde, juntamente com o quadro de profissionais, promove uma nova abordagem para as ações de qualidade de vida e saúde do servidor, pautada em uma visão holística e integrada do ser humano, incluindo a qualidade das relações de trabalho.

O Setor de Saúde vem desempenhando como principais atribuições: programar e coordenar a execução de programas de assistência médica, odontológica e social, de educação e de proteção à saúde dos servidores da instituição, prestados pela Procuradoria Geral de Justiça aos seus servidores, bem como executar programas de prevenção de doenças e de melhoria da qualidade de vida.

Visando melhorar o atendimento de membros, servidores e prestadores de serviço desta Instituição, foi empossado um Analista Ministerial Especializado em Psicologia, tendo prontamente iniciado os serviços pertinentes à sua área de atuação. Neste sentido, a atuação do AME-Psicólogo se deu prioritariamente em duas frentes de trabalho: a intervenção em crises, por meio de atendimentos individuais a partir de procura espontânea dos colaboradores desta Instituição, e o trabalho no planejamento e execução do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho.

Além disso, o Departamento de Recursos Humanos, Área de Saúde, conta com serviços odontológicos prestados aos membros, servidores e prestadores de serviço desta Instituição, iniciado em 28 de setembro de 2010. Desde então, foram realizados 250 atendimentos que beneficiaram 95 pessoas, num total de 648 procedimentos realizados.

A diferença entre o número de atendimentos e o número de pessoas atendidas é explicada pelo modelo de assistência odontológica adotado. No atendimento odontológico de rotina, o paciente é inicialmente submetido a exame clínico detalhado e, nas sessões seguintes, é atendido até que todo o plano de tratamento seja executado.

Gráfico 6.3.4.2 Procedimentos odontológicos por tipo de atendimento

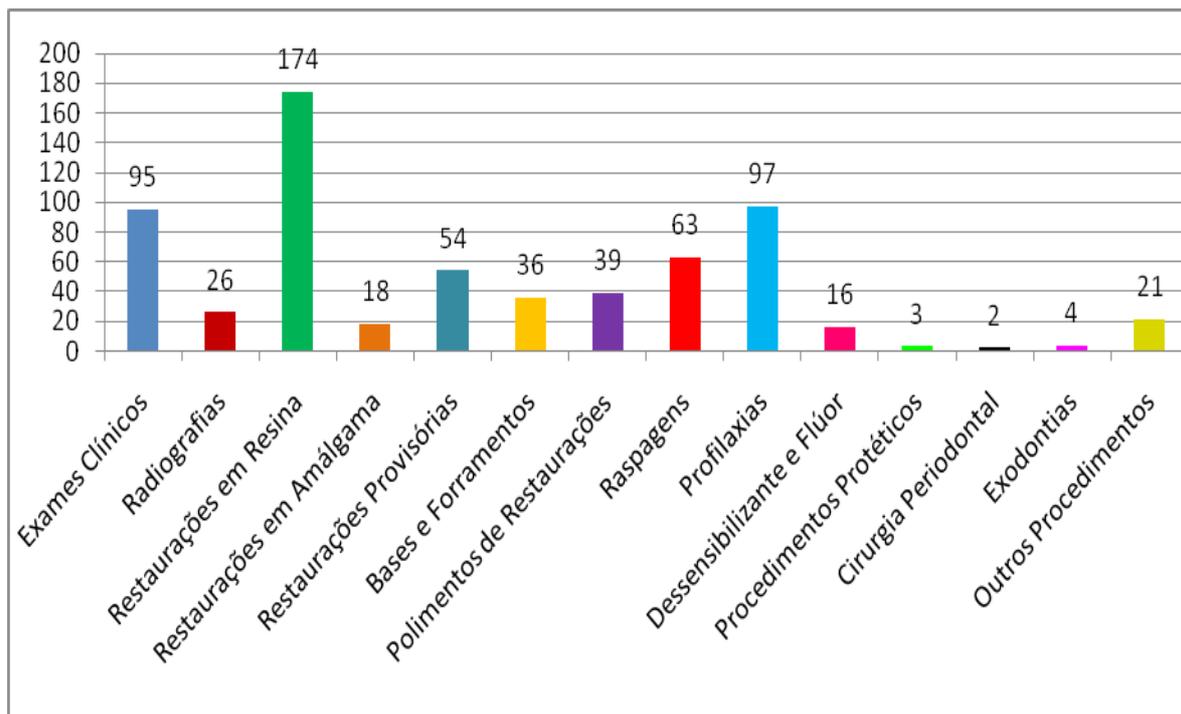
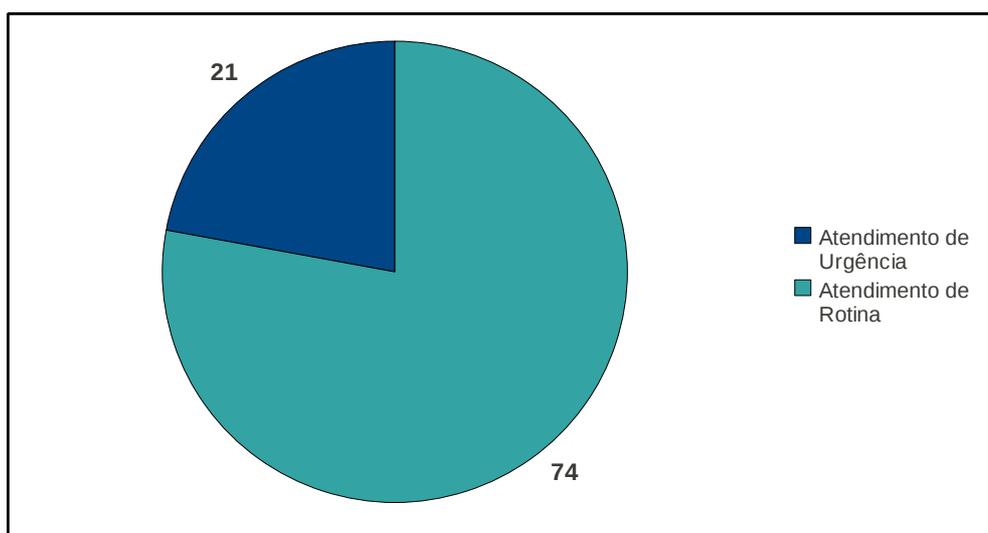


Gráfico 6.3.4.3 atendimentos médicos



Em relação aos limites globais estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, observamos que a despesa com pessoal tem-se mantido bem abaixo do limite prudencial de 1,90% da RCL, como mostra a Tabela 6.3.3.2. Note-se que a despesa com pessoal líquida (DPL) é obtida deduzindo-se da despesa total os seguintes itens, conforme prevê o § 1º do art. 19 da LRF: indenizações por demissão, incentivos à demissão voluntária, despesas decorrentes de decisão judicial, despesas de exercícios anteriores e despesas com inativos custeadas com recursos vinculados.

A gestão fiscal tem como foco o cumprimento dos limites constitucionais. Buscando atender estes preceitos, os gastos realizados pelo Ministério Público com pessoal, segundo dados do período Jan/2010 a Dez/2010, representaram 1,62% em relação à receita corrente líquida. O referido limite está de acordo com que o prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal, incisos I, II e III do artigo 20. Veja quadro a seguir:

Quadro 6.3.4.3 Limites de Gasto de Pessoal com a LRF

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritos em restos a pagar não processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	67.776.329,26	
Pessoal ativo	67.776.329,26	
Pessoal inativo e Pensionistas		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	4.699.436,88	
(-) Despesas não Computadas (art.19, § 1º da LRF)		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	4.699.436,88	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	63.076.892,38	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	63.076.892,38	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	3.881.229.046,02	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,63	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 2%	77.624.580,92	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) – 1,90%	73.743.351,87	

FONTE: Contabilidade PGJ e SEFAZ/TO

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são

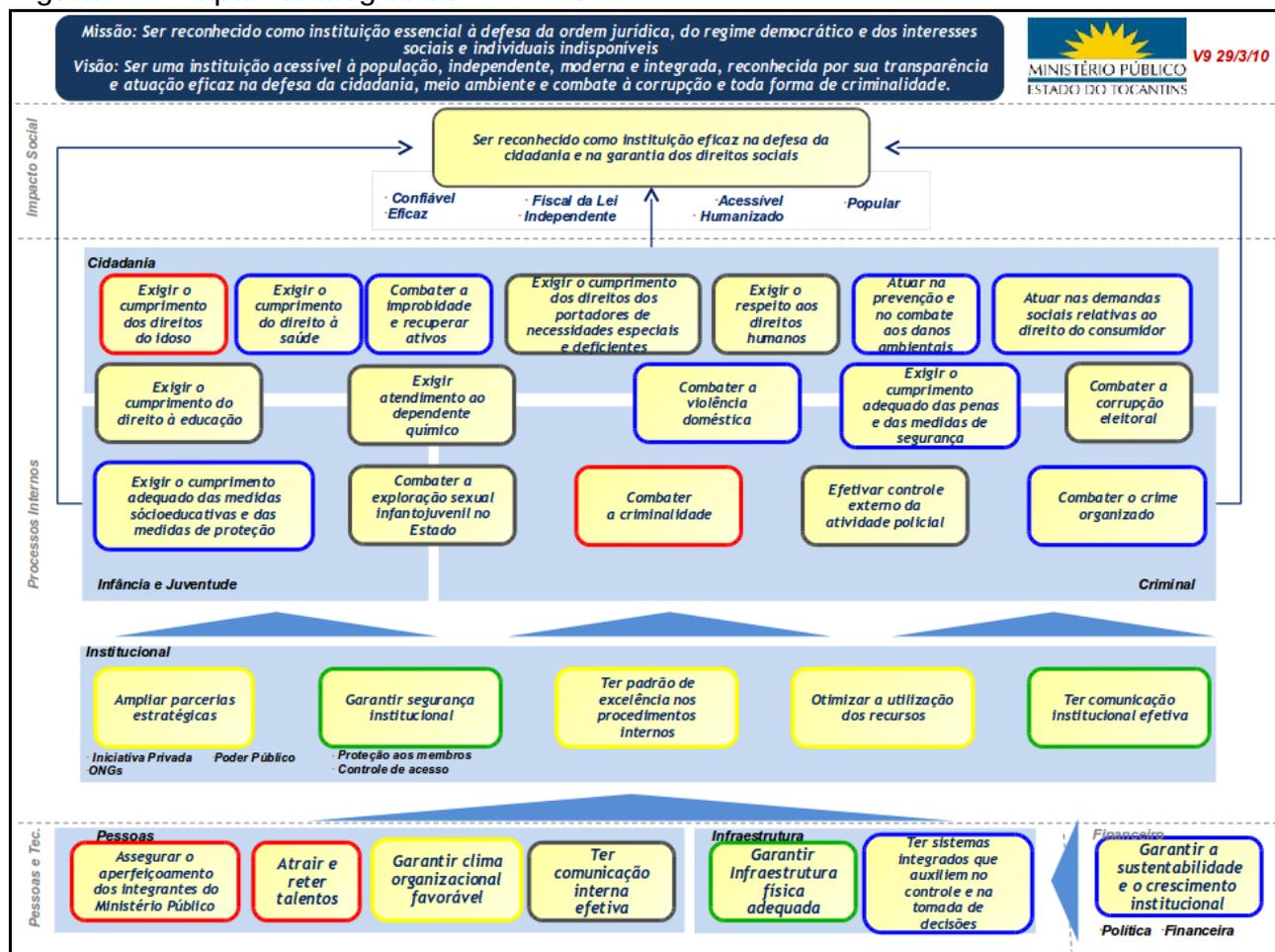
também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

.b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

7. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2010-2018

Figura 7.1 Mapa Estratégico do MPE-TO



Com o início da execução no ano de 2010, o Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Tocantins, definido em conjunto com todos os integrantes, trouxe um novo horizonte para o órgão e já começa a trazer resultados que podem ser mensurados e divulgados não só aos membros e servidores, mas principalmente à população, destinatária final dos serviços.

Neste primeiro ano de mensuração, foi necessário realizar o trabalho de conscientização dos membros e servidores do órgão, relativo sobre a importância das informações.

Outra tarefa importante desta Gestão foi a criação e adequação dos instrumentos de medição e coleta dos indicadores, que, apesar de ainda não estar completamente executada, já permite que informações relevantes da atuação ministerial sejam conhecidas.

O quadro 7.1 apresenta os indicadores do Planejamento Estratégico do MPE-TO e o percentual de alcance das metas. Diante das dificuldades encontradas, em alguns casos não foi possível mensurar com exatidão o alcance de determinadas metas previstas.

Por outro lado, no mesmo quadro já é possível ver que algumas ações realizadas possibilitaram a superação das metas previstas para o ano, mostrando o engajamento dos Membros e Servidores com o projeto.

Quadro 7.1.1 Resultados e Metas para 2011 Planejamento Estratégico 2010-2018.

Legenda – Situação da Cumprimento da Meta:

Acima da meta
 De 95% a 100%
  De 65% a 94%
 Abaixo de 65%
 Não iniciada

Nome do Indicador	Periodicidade	Meta 2010	Resultado obtido em 2010	Meta 2011
Pesquisa de satisfação	Bienal	-	- <input checked="" type="checkbox"/>	-
Pesquisa de satisfação no atendimento	Mensal	60%	64,84% <input checked="" type="checkbox"/>	65%
Ações para o cumprimento das medidas sócio educativas	Trimestral	90	845 <input checked="" type="checkbox"/>	235
Ações para o cumprimento das medidas de proteção	Trimestral	90	306 <input checked="" type="checkbox"/>	235
Ações para o cumprimento da política pública de educação	Trimestral	66	1* <input checked="" type="checkbox"/>	100
Ações de fiscalização da execução da política pública voltada ao dependente químico	Trimestral	50	-* <input checked="" type="checkbox"/>	65
Ações de combate a exploração sexual infantil	Trimestral	30	-* <input checked="" type="checkbox"/>	60

Nome do Indicador	Periodicidade	Meta 2010	Resultado obtido em 2010	Meta 2011
Ações de combate a criminalidade e proposição das medidas assecuratórias	Mensal	85000	45467 <input checked="" type="checkbox"/>	100000
Rigorosa observância dos prazos processuais nas manifestações	Mensal	45%	.* <input checked="" type="checkbox"/>	55%
Palestras de combate a criminalidade	Semestral	88	.* <input checked="" type="checkbox"/>	132
Inspeções realizadas pelos membros junto as unidades policiais	Mensal	300	.* <input checked="" type="checkbox"/>	600
Recomendações de melhorias requisitadas	Mensal	500	.* <input checked="" type="checkbox"/>	750
Ações penais propostas em razão do controle externo da atividade policial	Mensal	140	85 <input checked="" type="checkbox"/>	210
Inspeções realizadas pelos membros junto as unidades prisionais	Mensal	59	.* <input checked="" type="checkbox"/>	88
Ações de fiscalização da execução da política pública voltada ao cumprimento das medidas de segurança e das penas	Trimestral	300	964 <input checked="" type="checkbox"/>	450
Ações de combate ao crime organizado	Trimestral	168	644 <input checked="" type="checkbox"/>	180
Ações de combate a violência doméstica	Trimestral	1990	2208 <input checked="" type="checkbox"/>	2328
Ações de fiscalização da execução da política dos portadores de necessidades especiais e deficientes	Trimestral	50	.* <input checked="" type="checkbox"/>	60

Nome do Indicador	Periodicidade	Meta 2010	Resultado obtido em 2010	Meta 2011
Ações de fiscalização da execução da política do idoso	Trimestral	50	19* <input checked="" type="checkbox"/>	60
Ações de fiscalização da execução da política pública da Saúde	Trimestral	59	67 <input checked="" type="checkbox"/>	88
Ações de fiscalização de regularidade de aplicação dos recursos públicos	Trimestral	71	286 <input checked="" type="checkbox"/>	106
Ações de execução (eleitoral)	Semestral	13200	.* <input checked="" type="checkbox"/>	6600
Ações de conscientização (eleitoral)	Semestral	44	1* <input checked="" type="checkbox"/>	22
Ações de articulação, vistoria, fiscalização e execução de medidas voltadas para a conservação e preservação do meio ambiente	Trimestral	88	1444 <input checked="" type="checkbox"/>	132
Campanhas educativas/palestras/ações de execução	Trimestral	10	26 <input checked="" type="checkbox"/>	12
Ações de atuação social relativas ao direito do consumidor	Trimestral	88	20* <input checked="" type="checkbox"/>	132
Parcerias realizadas	Semestral	13	10 ↗	18
Adequação em segurança	Mensal	33,65%	33,65% <input checked="" type="checkbox"/>	50%
Nota GesPública	Anual	150	109 ↗	250

Nome do Indicador	Periodicidade	Meta 2010	Resultado obtido em 2010	Meta 2011
Abrangência GesPública	Semestral	33,65%	33,65% <input checked="" type="checkbox"/>	50%
Custo médio por processo	Trimestral	R\$ 900,63	R\$ 1.163,59 <input type="checkbox"/>	R\$ 836,25
Cumprimento do plano de comunicação	Trimestral	33%	33,00% <input checked="" type="checkbox"/>	66%
Horas de aperfeiçoamento	Trimestral	15	9,71 <input type="checkbox"/>	17
Melhorias implementadas /aperfeiçoadas após capacitação	Trimestral	65%	-* <input type="checkbox"/>	68%
Rotatividade	Mensal	4,00%	23,90% <input type="checkbox"/>	3,50%
Pesquisa de satisfação do Clima Organizacional	Semestral	65%	59,00% <input type="checkbox"/>	68%
Número de ações internas voltadas para a melhoria do clima organizacional	Trimestral	5	12 <input checked="" type="checkbox"/>	8
Adequação da comunicação interna	Bimestral	33%	-* <input type="checkbox"/>	66%
Adequação da infraestrutura tecnológica	Mensal	15%	15,00% <input checked="" type="checkbox"/>	30%
Adequação da infraestrutura física	Mensal	15%	15,00% <input checked="" type="checkbox"/>	30,00%
Percentual de sistemas integrados	Bimestral	51%	54,44% <input checked="" type="checkbox"/>	56%
Participação orçamentário financeira	Mensal	2,35%	2,95% <input checked="" type="checkbox"/>	2,60%

* O sistema de coleta de informações do Relatório de Atividades Funcionais – RAF vem sofrendo constantes adaptações, com o objetivo de mensurar as atividades com maior detalhamento, por área de atuação. O Plano de Comunicação não apresentou resultados no ano de 2010 em razão da readequação do quadro de pessoal da Assessoria de Comunicação ocorrida no decorrer do exercício e de problemas na implantação das ações inicialmente previstas.

8. GESPÚBLICA – ATIVIDADES DE 2010

Até 2009, o Ministério Público do Estado do Tocantins realizou atividades isoladas pela busca da qualidade no serviço prestado à sociedade, dentre as quais podem-se citar a implementação do Sistema de Gestão de Autos (Arquimedes), a estruturação e implementação de ferramentas tecnológicas, que proporcionam agilidade e, conseqüentemente, melhoria da qualidade dos serviços meio e fim deste órgão.

As ações citadas, apesar de buscarem excelência dos serviços, eram feitas de forma fragmentada, não integrando um planejamento comum que objetivasse conferir maior celeridade e eficácia aos processos. A ausência de integração e correlação entre as ações também inviabilizou a mensuração de seus resultados.

A solução encontrada foi a implementação do Gespública, cuja estratégia de atuação é baseada na mobilização voluntária de pessoas e organizações para atuarem como agentes transformadores da gestão pública brasileira e tem como premissa que a gestão de Órgãos e Entidades públicos pode e deve ser excelente.

Em 2010, com a implementação do Gespública, as ações estão sendo planejadas, definidas e avaliadas, inclusive com relação aos resultados obtidos, pois o programa funcionará como um gestor da qualidade de todas as atividades que porventura o Ministério Público realizar, além de planejar ações com base em pesquisas de prioridades.

Outra característica desta ferramenta de Gestão é a adoção da metodologia de revisão dos processos de trabalho, levantados a partir de reuniões semanais com um grupo representativo, na definição de papéis e responsabilidades dos colaboradores da área, no desenvolvimento de um sistema de informação que possibilita a consolidação dos procedimentos e uniformização de condutas e, por fim, no treinamento de uma prática gestora, com estabelecimento de metas, registro e revisão de procedimentos, bem como o monitoramento de prazos e resultados.

O cenário anterior apresentava grande descontrole do fluxo do processo de trabalho, ausência de padrão nos procedimentos, infraestrutura imprópria, subjetividade na análise técnica, inexistência de planejamento estratégico, entre outros.

Para fins de priorização das oportunidades de melhoria apontadas durante o desenvolvimento dos trabalhos do Gespública, foi adotada uma matriz que leva em conta os critérios: capacidade de impactar positivamente a estratégia, valor presente dos benefícios da oportunidade em 5 anos, custo total da implantação da oportunidade, tempo de dedicação de pessoas-chave necessárias para o desenvolvimento da oportunidade, tempo total de implantação da oportunidade e impacto positivo sobre outras oportunidades de melhoria.

Diante dos critérios estabelecidos, foram distribuídos questionários a todos os participantes do programa, que puderam escolher notas de 1 a 10 para cada critério. A cada uma dessas notas foi atribuído um peso proporcional, com base nas possibilidades de execução do órgão.

As oportunidades de melhoria constituem um conjunto de metas e ações estabelecidas a partir do processo de autoavaliação da gestão, com vistas a transformar a sua ação gerencial e melhorar o seu desempenho institucional.

Assim, foram selecionadas pelos servidores das respectivas áreas, dentre as identificadas no Planejamento estratégico 2010/2018, as oportunidades de melhoria, para o ano de 2010. Foram priorizadas 50 (cinquenta) de um total de 200 (duzentas) oportunidades a serem implementadas, conforme elencadas abaixo:

Quadro 8.1 Relatório de Execução das Oportunidades de Melhoria da Gestão no Ministério Público do Estado do Tocantins

Legenda – Situação da Execução:

CRITÉRIO	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS
	Ampliar e tornar eficazes os canais de comunicação;	Assessoria de Comunicação	 Concluída : Publicação da Revista MP em Destaque; Mudança no layout do site; Publicação de Informativos Especiais; Divulgação de informações institucionais no televisor instalado no hall do MPE; Atendimento à imprensa: o atendimento à imprensa foi reforçado e aconteceu de forma mais eficaz em 2010.

CRITÉRIO	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS
LIDERANÇA	Constituir grupos de trabalho, fóruns e comitês multifuncionais para troca de experiência, como forma de otimização de esforço;	Cesaf	😊 Em andamento: Implementada pesquisa para formação do Plano de Qualidade de vida dos integrantes do MP, composta por equipe multifuncional das áreas: Assistente Social, Psicólogo, Enfermeira, Téc. Enfermagem, Fisioterapeuta, Médico, Odontólogo, Administrador, Direito.
	Criar, aplicar e avaliar sistematicamente pesquisa de Clima Organizacional, para mensurar o grau de bem-estar e a satisfação das pessoas que compõem a força de trabalho;	Deplan	😊 Concluída: Por meio de pesquisa junto aos membros e servidores, visando identificar o grau de satisfação ou insatisfação, buscou-se identificar causas e implementar ações que propiciem condições para a maior satisfação no trabalho, bem com melhorar o clima organizacional.
	Definir a organização do trabalho a partir das estratégias estabelecidas e alinhada ao mapa estratégico do MP;	Deplan	😊 Em andamento: Implementado parcialmente com instituição de comissões para revisão dos atos normativos da PGJ.
	Distribuir a força de trabalho para designação de atribuições, observado o perfil e desempenho individual para ampliação da satisfação no trabalho e melhoria nos resultados;	Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	😊 Em andamento: Implementado parcialmente posto que acontecem relocação de servidores em atenção às suas solicitações pela ampliação da satisfação no trabalho, porém não houve ação específica do MP nesse sentido.
	Fazer uso racional do material de expediente;	RECICLAMP	◇ Não iniciada
ESTRATÉGIAS E PLANOS	Alinhar o planejamento estratégico com os programas e ações do PPA;	Deplan	😊 Em andamento: A ligação entre estes dois instrumentos de planejamento encontra-se em fase inicial, em virtude de discussão para elaboração do PPA 2012-2015, desta instituição.

CRITÉRIO	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS
	Apropriar-se dos resultados do monitoramento no replanejamento dos programas e ações;	Deplan	 Em andamento: A instituição vem aprimorando o monitoramento de indicadores e metas, para melhor analisar o impacto de programas e ações em relação ao seu objetivo. Assim, comparar os resultados foram comparados com as metas propostas, a fim de constatar progressos ou dificuldades e reorientar o trabalho para as correções necessárias.
	Definir gerentes de programas e ação;	Deplan	 Em andamento: Em virtude do PPA 2008-2011, encontrar-se em andamento, optou-se por aguardar a designação de profissional capacitado para atuar como gerente dos Programas e ações, na elaboração do PPA subsequente.
	Divulgar as estratégias, metas, planos de ação e parcerias existentes;	Deplan	 Concluída: Implementação desta ação visa à disseminação e divulgação do Planejamento estratégico, bem como de suas estratégias e metas. Assim, foram elaborados folhetos, relatórios, reuniões e cursos, visando assegurar um amplo e profundo domínio dos objetivos e das metas do Projeto por parte de todas as pessoas envolvidas na sua implantação, em particular, a alta administração.
	Firmar convênios/acordos de cooperação na área de práticas de excelência e processos internos;	Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional- Cesaf	 Em andamento: A instituição vem buscando estabelecer Convênios com outros entes, inclusive, alguns já foram firmados com Tribunal de Justiça do Estado e Universidades e outras instituições de ensino.
	Implementar um plano de cargos e salários bem definido e adequado;	Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	 Não iniciada

CRITÉRIO	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS
	Instituir gerentes de ações para um acompanhamento mais próximo e efetivo das ações previstas, o que proporcionaria maior controle e correção de desvios nos objetivos traçados de maneira pontual e imediata;	Deplan	😊 Em andamento: Em virtude de o PPA 2008-2011, encontrar-se em andamento, optou-se por aguardar a designação de profissional capacitado para atuar como gerente dos Programas e ações, na elaboração do PPA subsequente.
	Considerar as conclusões da análise de desempenho da organização, visando lotação do servidor na área de atuação da sua formação e/ou afinidade por experiência de trabalho (perfil);	Deplan	😊 Em andamento: Implementado parcialmente em face da insuficiência de dados curriculares atualizados dos servidores. Atualmente as lotações são definidas pela DIGER, por ocasião da posse ou de pedido de movimentação de pessoal.
	Monitorar o prazo estipulado para a execução de Plano de ação;	Deplan	😊 Em andamento: O Departamento responsável vem buscando, conforme possível, atender aos objetivos desta ação.
	Observar se os objetivos de planos de ação foram alcançados;	Deplan	😊 Em andamento: O processo de monitoramento procura revelar a eventual necessidade de modificar a ação ou resultado esperado e verificar, ainda, se a ação está sendo de fato realizada em conformidade com o prazo estipulado no Plano de ação. Nesse sentido, o acompanhamento é feito pelo Departamento responsável, todavia, há uma dificuldade em mensurá-las, pois há em virtude da deficiência em ferramentas de gestão, especificamente as relacionadas ao uso de Tecnologia da Informação.
	Ocupar os cargos comissionados da instituição, preferencialmente por servidores efetivos, considerando-se os altos investimentos, cursos de capacitação e o perfil da formação do profissional, que são perdidos com a saída dos profissionais comissionados;	Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	◇ Não iniciada

CRITÉRIO	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS
CIDADÃO E SOCIEDADE	Disseminar as atribuições do MP, a fim de evitar que o cidadão se decepcione com a atuação do órgão;	Assessoria de Comunicação	😊 Em andamento: Projeto “Conhecendo o MP”: Em 2010 apenas a produção da Cartilha foi contemplada. Para 2011, a proposta é colocar em prática todo o Projeto, conforme a disponibilização dos recursos.
	Especializar os profissionais da recepção para que o atendimento inicial do cidadão seja encaminhado aos setores com a devida competência no menor prazo possível;	Assessoria de Cerimonial	😊 Em andamento: Meta parcialmente cumprida, pois ocorreu a capacitação de 1 atendente na qualidade de aluno ouvinte, por não se tratar de servidor efetivo, feita pela escola de governo.
	Implantar a Ouvidoria na instituição;	Procurador Geral de Justiça	😊 Concluída: A Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, possibilitou o estabelecimento de um canal de intercomunicação de fácil acesso do cidadão às atividades do Órgão para apresentar reclamações, denúncias, críticas, elogios, sugestões e obter informações, bem como acompanhar as ações desenvolvidas por nossos membros e servidores.
	Implantar Ferramenta para o cidadão acompanhar o andamento das demandas recebidas no órgão;	Departamento de Tecnologia da Informação	😊 Em andamento: Os documentos protocolados no Protocolo Geral podem ser acompanhados no site através do link EDOC, cujo endereço eletrônico é: https://athenas.mp.to.gov.br/athenas/Docsverify/ , e os documentos protocolados na OUVIDORIA podem ser acompanhados no link Ouvidoria, no mesmo sítio eletrônico.
	Implantar o Disque Denúncia (nº 127) no âmbito do Ministério Público;	Procurador Geral de Justiça	◇ Não iniciada
	Qualificar os servidores responsáveis pelo atendimento na recepção, para realizar uma triagem, verificando se a questão é de atribuição do MP ou de outro órgão, de modo que se torne mais ágil e eficiente o encaminhamento a promotoria ou departamento adequado para resolução do problema do cidadão;	Assessoria de Cerimonial	😞 Atrasada: não houve qualificação dos servidores, entretanto o trabalho de triagem está sendo feito.

CRITÉRIO	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS
	Sistematizar o atendimento das reclamações dos usuários;	Ouvidoria	◇ Não iniciada
INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	Aperfeiçoar a coleta e o uso das informações da sociedade;	Deplan	😊 Em andamento: A Instituição vem promovendo a utilização de instrumentos de coleta de dados junto à sociedade, visando promover e potencializar o uso das informações.
	Ter comunicação efetiva das metas, valores, objetivos e diretrizes a serem seguidos;	Deplan	😊 Em andamento: A comunicação efetiva da estratégia aos servidores e membros, incluindo metas, valores, objetivos e diretrizes, é vital. Nesse sentido, a instituição promove de forma ativa a compreensão da estratégia e do quadro de metas e objetivos por todas as áreas finalísticas e de apoio.
	Criar, aplicar e avaliar sistematicamente pesquisa de clima organizacional que permita identificar os fatores que afetam a satisfação da força de trabalho, sem vinculação com outros instrumentos;	Deplan	🕒 Atrasada: A criação e aplicação de pesquisas está sendo cumprida, entretanto, a avaliação de dados provenientes destas pesquisas ainda não foi devidamente realizada.
	Dar publicidade plena das soluções adotadas;	Diretoria de Expediente	◇ Não iniciada
	Disponibilizar os projetos desenvolvidos pelos CAOPs para conhecimento e participação da instituição.	CAOPs	◇ Não iniciada
	Disseminar as informações de segurança entre os usuários do sistema, visando a prevenção de falhas na segurança provocadas por má utilização dos sistemas.	Departamento de Tecnologia da Informação	😊 Em andamento: Na intranet, no menu atendimento, está disponível cartilha sobre segurança na internet, desenvolvida pelo Comitê Gestor de internet no Brasil, informando todos os cuidados que se dever tomar, e, também, no menu informações, o DTI publica dicas de segurança para os membros e servidores.
	Implantar um controle de alimentação contínua e conteúdo das informações publicadas no sítio do MP pelos órgãos internos;	Departamento de Tecnologia da Informação	◇ Não iniciada
	Intensificar divulgação, disseminação e monitoramento da qualidade no atendimento;	Assessoria de Cerimonial	◇ Não iniciada

CRITÉRIO	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS
	Registrar o desenvolvimento e as inovações implantadas;	Departamento de Tecnologia da Informação	😊 Concluída: Todos os projetos de Tecnologia da Informação são registrados e podem ser acompanhados pelos membros, servidores e cidadãos, através da intranet: tp://www.mp.to.gov.br/intranet/public/#/
	Sistematizar as informações divulgadas.	Assessoria de Comunicação	◇ Não iniciada
PESSOAS	Conceder bônus gerenciais, com base no cumprimento das metas e objetivos estratégicos do órgão;	Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	◇ Não iniciada
	Criar calendário de eventos de capacitação;	Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional	◇ Não iniciada
	Estabelecer critérios de seleção interna para ocupação dos cargos em comissão;	Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	◇ Não iniciada
	Oportunizar a divulgação dos novos talentos que ingressaram no Ministério Público, a fim de socializá-los com os integrantes da instituição, através da INTRANET;	Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	◇ Não iniciada
	Estabelecer políticas de premiação por participação nas atividades de instrutoria em programas de formação, capacitação ou treinamento, oficialmente instituídos no âmbito dos parceiros da PGJ;	Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	◇ Não iniciada
	Reconhecer publicamente o servidor em casos de alcance de recordes, obtenção de certificações, premiações e outros fatos significativos que resultem para melhoria institucional.	Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	◇ Não iniciada
PROCESSOS	Atrair novos fornecedores para os processos licitatórios e procedimentos de compra direta;	Comissão Permanente de Licitação	◇ Não iniciada
	Ter compromisso dos níveis estratégicos e técnicos com o processo;	Diretoria Geral	◇ Não iniciada
	Definir o tempo de estudo antes da criação de programas, visando compreender a área de impacto e os requisitos plenos do sistema a ser desenvolvido.	Departamento de Tecnologia da Informação	😊 Em andamento : O tempo de conclusão está diretamente relacionado com o número de Departamentos envolvidos, assim, foi definido o prazo mínimo/máximo de entrega: 30/180 dias pós solicitação.

CRITÉRIO	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS
	Disseminar a prática de avaliação do serviço prestado ou produto adquirido entre os fiscais de contrato e setores envolvidos no processo de aquisição para acompanhamento efetivo da execução dos contratos e estrita formalização de qualquer descumprimento às obrigações contratadas.	Comissão Permanente de Licitação	◇ Não iniciada
	Elaborar pautas para reuniões e encaminhar aos participantes antecipadamente;	Diretoria Geral	◇ Não iniciada
	Padronizar as rotinas e a elaboração de documentos, facilitando a localização futura;	Diretoria de Expediente	◇ Não iniciada
	Regulamentar as solicitações de compras e criação de manual explicativo, com o intuito de melhorar a especificação dos produtos a serem adquiridos, evitando desperdício de gastos públicos.	Comissão Permanente de Licitação	😊 Em andamento : Em fase de elaboração.

9. SITUAÇÃO DOS PROJETOS

Conforme detalhado em cada ação constante do PPA, os projetos deste MPE-TO encontram-se conforme descrito abaixo:

Quadro 9.1 Situação dos Projetos

PROJETO	SITUAÇÃO
Convênio SRJ/MJ nº SICONV 749684/2010 – Implementação de Núcleo Maria da Penha	Em fase inicial
Projeto Promotores em Ação (Planejamento Estratégico)	Concluído
Projeto Guardiã: GECOC e Inteligência (Planejamento Estratégico)	Em andamento - atrasado
Projeto RECICLAMP (Planejamento Estratégico)	Em andamento - atrasado
Projeto de Infraestrutura Administrativo e Tecnológico (Planejamento Estratégico)	Em andamento - superou a meta do período
Projeto de Informatização de Sistemas (Planejamento Estratégico)	Em andamento – superou a meta do período
Projeto de Comunicação Institucional (Planejamento Estratégico)	Em andamento - atrasado
Projeto de Segurança Institucional (Planejamento Estratégico)	Em andamento – superou a meta do período
Projeto de Desenvolvimento de Recursos Humanos (Planejamento Estratégico)	Em andamento – atrasado
Projeto GESPÚBLICA (Planejamento Estratégico)	Em andamento – abaixo da meta do período
Construção das Promotorias de Justiça do Ministério Público	Em andamento
Ampliação da frota de veículos do Ministério Público	Em andamento

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ministério Público do Estado do Tocantins tem buscado o constante aperfeiçoamento de sua execução orçamentária e financeira e de sua atuação finalística, melhores condições organizacionais, maiores níveis de produtividade e otimização de recursos, além de canais eficazes de comunicação, visando sempre alcançar os resultados positivos para os cidadãos do Tocantins.

Neste diapasão, podemos citar alguns exemplos dos esforços empreendidos no ano de 2010:

→A execução de 96,08% do orçamento inicialmente previsto, graças ao esforço da Gestão na busca por recursos de Projetos Especiais e na realização das ações previamente planejadas;

→Respeito as dotações iniciais dos Programas e baixo nível de alterações entre as ações, devidamente justificadas;

→Respeito aos limites de gasto com pessoal expressos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Mesmo com o ingresso de novos Membros e Servidores, o índice se mantém em 1,63% da Receita Corrente Líquida;

→Inauguração de duas novas Promotorias de Justiça, ampliando o acesso e melhorando as condições do atendimento à sociedade, além do início das obras em mais duas Promotorias e novos projetos em execução;

→Destaque na mídia regional e nacional, em razão da atuação finalística dos Membros desta Instituição;

→Criação de canais de debate da atuação com a sociedade;

→Priorização de Projetos que buscam a excelência na gestão, casos do Gespública e do Planejamento Estratégico;

→Pleito pelo aumento dos recursos destinados ao Ministério Público na aprovação da nova Lei de Diretrizes Orçamentárias;

→ Busca por recursos federais que possam complementar os investimentos que se fazem necessários na estruturação do órgão;

→ Desenvolvimento interno de novos sistemas de informação sempre utilizando a plataforma livre de dados, que podem ser compartilhados com outras instituições;

→ Parceria com os órgãos de fiscalização e controle na execução de ações conjuntas;

→ Ampliação das ações de segurança institucional;

→ Participação efetiva no I Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público e na reunião dos Comitês Gestores Nacionais;

→ Apoio às ações do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Justiça – CNPG;

→ Garantia dos direitos dos Integrantes;

→ 1.230.008 de acessos ao site da instituição (www.mp.to.gov.br) durante o ano, segundo levantamento do Google Analytics, que ainda mostrou que esses acessos, além do Brasil, foram feitos de Argentina, Estados Unidos, Portugal, Espanha, Índia, Suíça, França e Reino Unido.

Exemplos como os mostrados ao longo deste relatório demonstram a importância do ano de 2010 para a história do Ministério Público do Tocantins, encerrando o Ciclo de Gestão 2009/2010.

Concluindo, esperamos que 2011 seja um ano de continuidade das melhorias implementadas, de mais conquistas históricas, da superação dos novos desafios e da constatação de que temos uma equipe de Membros e Servidores cada vez mais cientes de seu importantíssimo papel no desenvolvimento do Tocantins.